

# Plano Nacional de Educação

21 ESPECIALISTAS ANALISAM AS METAS PARA 2024

ORGANIZAÇÃO  
CANAL FUTURA  
INSTITUTO AYRTON SENNA

Fundação **Santillana**



# Plano Nacional de Educação



# Plano Nacional de Educação

21 ESPECIALISTAS ANALISAM AS METAS PARA 2024

ORGANIZAÇÃO

**CANAL FUTURA  
INSTITUTO AYRTON SENNA**

Fundação **Santillana**



Plano Nacional de Educação – 21 especialistas analisam as metas para 2024

© desta edição Fundação Santillana, 2015.

## **ORGANIZAÇÃO**

**Fundação Roberto Marinho**

**Canal Futura**

*Gerente Geral*

Lúcia Araújo

*Gerente Adjunto*

João Alegria

*Gerente de Mobilização e Articulação Comunitária*

Ana Paula Brandão

*Gerente de Conteúdo e Mídias Digitais*

Débora Garcia

*Gerente de Desenvolvimento Institucional*

Mônica Pinto

*Gerente de Produção e Ativos*

Vanessa Jardim

*Coordenador do Núcleo de Jornalismo*

José Brito

*Entrevistas*

Antônio Gois

## **PARCERIA**

**Instituto Ayrton Senna**

*Presidente*

Viviane Senna

*Diretora de Branding*

Bianca Senna

*Diretor Corporativo*

Marcello Tafner

*Diretor de Negócios*

Marco Crespo

*Diretor de Articulação e Inovação*

Mozart Neves Ramos

*Economista-chefe*

Ricardo Paes de Barros

*Diretora do eduLab21*

Tatiana Filgueiras

## **PRODUÇÃO EDITORIAL**

**Fundação Santillana**

**Editora Moderna**

**Diretoria de Relações Institucionais**

Luciano Monteiro e Edmar Cesar Falleiros Diogo

**Coordenação da Produção Editorial**

Ana Luisa Astiz

**Edição**

Sibelle Pedral e Ana Luisa Astiz

**Revisão**

Ana Tereza Clemente e Juliana Caldas

**Projeto Gráfico**

Paula Astiz

**Editoração Eletrônica**

Laura Lotufo / Paula Astiz Design

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Plano Nacional de Educação : 21 especialistas analisam as metas para 2024 / organização Canal Futura, Instituto Ayrton Senna. — São Paulo : Fundação Santillana : Moderna, 2015.

Vários autores

1. Educação – Brasil 2. Educação – Finalidades e objetivos  
3. Entrevistas 4. Gestão educacional 5. Plano Nacional de Educação  
(Brasil) 6. Política educacional I. Canal Futura. II. Instituto Ayrton Senna.

15-07799

CDD-370.981

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Plano Nacional de Educação 370.981

- 9 **Apresentação**  
POR ANTÔNIO GOIS
- META 1
- 11 **Universalização da Educação Infantil**  
ENTREVISTA DE ALOISIO ARAUJO
- META 2
- 17 **Ensino Fundamental de 9 anos para todos**  
ENTREVISTA DE ALEJANDRA VELASCO
- META 3
- 21 **Garantir a matrícula dos adolescentes**  
ENTREVISTA DE RICARDO HENRIQUES
- META 4
- 27 **Educação especializada**  
ENTREVISTA DE CLAUDIA WERNECK
- META 5
- 33 **Alfabetizar até o final do 3º ano**  
ENTREVISTA DE NILMA FONTANIVE
- META 6
- 39 **Educação em tempo integral**  
ENTREVISTA DE PATRÍCIA MOTA GUEDES
- META 7
- 45 **Melhorar as médias nas avaliações**  
ENTREVISTA DE REYNALDO FERNANDES
- META 8
- 51 **Doze anos na escola**  
ENTREVISTA DE ANDRÉ LÁZARO
- META 9
- 57 **Combate ao analfabetismo**  
ENTREVISTA DE WANDA ENGEL

- META 10  
63 **Ensino Profissionalizante**  
ENTREVISTA DE ANA LÚCIA LIMA
- META 11  
69 **Aumento das matrículas  
no Ensino Profissionalizante**  
ENTREVISTA DE MÁRCIO GUERRA
- META 12  
75 **Aumento da oferta no Ensino Superior**  
ENTREVISTA DE SIMON SCHWARTZMAN
- META 13  
81 **Mais mestres e doutores**  
ENTREVISTA DE ANTONIO FREITAS
- META 14  
85 **Aumento da matrícula na pós-graduação  
*stricto sensu***  
ENTREVISTA DE HELENA NADER
- META 15  
91 **Professores com formação superior**  
ENTREVISTA DE PAULA LOUZANO
- META 16  
97 **Educação continuada a professores  
da Educação Básica**  
ENTREVISTA DE MOZART RAMOS
- META 17  
103 **Professores mais bem remunerados**  
ENTREVISTA DE ANNA HELENA ALTENFELDER
- META 18  
109 **Plano de carreira dos profissionais  
da Educação**  
ENTREVISTA DE ROBERTO FRANKLIN DE LEÃO

- 115 META 19  
**Gestão democrática das escolas**  
ENTREVISTA DE CLEUZA REPULHO
- 121 META 20  
**Aumento do investimento em Educação pública**  
ENTREVISTA DE DANIEL CARA
- 127 ANÁLISE FINAL  
**Política que vem da sociedade**  
ENTREVISTA DE RENATO JANINE RIBEIRO
- 134 **Organizações parceiras**





# Apresentação

**ANTÔNIO GOIS**

*Jornalista e consultor de Educação do canal Futura*

Quem acompanhou a mobilização da sociedade em torno dos Planos Nacionais de Educação (PNEs) desta década e da passada pode facilmente testemunhar: o aprovado em 2014, para vigorar até 2024, nasceu muito mais forte e relevante do que seu antecessor. As diretrizes aprovadas em 2001 foram praticamente ignoradas em seus dez anos de vigência. Como resultado, a maioria de suas metas não foi alcançada, sem maiores consequências.

Não é possível garantir que com o atual PNE a história seja diferente. É inegável, porém, que ele recebeu mais atenção da sociedade civil, sendo capaz de unir movimentos significativos do setor, entre os quais se destacam o Todos Pela Educação e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O atual PNE não é o plano perfeito, mas foi o possível. Nem todas as suas metas ou estratégias são consensuais, mas foram frutos de debates intensos e de acordos entre diferentes setores, o que permitiu chegar a um texto capaz de mobilizar o maior número possível de atores expressivos no meio educacional. Talvez por isso tenha demorado mais tempo a ser aprovado no Congresso Nacional. Ele é hoje, portanto, o mais próximo que temos de uma política de Estado, com capacidade (tomara) de resistir à troca de poder político nos níveis municipal, estadual e federal.

Como qualquer plano de metas, o PNE não nasce pronto. Para virar realidade e não repetir o destino do plano da década passada, é preciso que a sociedade acompanhe e cobre, diariamente, sua execução. É necessário, em outras palavras, que pais, alunos, professores e cidadãos se apropriem dele. Que esta publicação – orga-

nizada pela Fundação Roberto Marinho com o apoio da Fundação Santillana e da editora Moderna e originada a partir de uma série de entrevistas no canal Futura em parceria com o Instituto Ayrton Senna – seja mais um instrumento para empoderar cada um desses atores na árdua tarefa que teremos pela frente.

# Universalização da Educação Infantil

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste Plano Nacional de Educação [em 2024].

## ENTREVISTA DE ALOISIO ARAUJO

*Doutor em estatística pela University of California, Berkeley (EUA), é professor titular da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ) e pesquisador titular do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa).*

**ANTÔNIO GOIS (AG):** Vamos começar o programa de hoje com uma pergunta da professora Nanci Macedo. Ela é da cidade do Rio de Janeiro e trabalha no segmento de Educação Infantil.

**NANCI MACEDO:** Eu dou aula para crianças de 4 a 5 anos. Gostaria de saber como o governo vai resolver a questão das creches, cuja oferta é muito inferior à demanda entre a população carente.

**AG:** Essa pergunta é a mais básica, não é professor? Conseguiremos atingir essa meta? Vale lembrar que temos a meta de 0 a 3 anos e a meta de 4 a 5 anos.

**ALOISIO ARAUJO (AA):** Vamos responder por partes. A meta de 4 a 5 anos está bastante avançada. Acho que vamos conseguir, como temos conseguido em outras faixas etárias. Pode até ser que exista um pequeno problema nesse segmento: o fato de algumas famílias não quererem colocar as crianças com apenas 4 anos na escola.

**AG:** A outra meta é chegar a 50% das crianças até 3 anos ao final do Plano Nacional de Educação (PNE).

**AA:** É. Mas a pergunta feita é mais ampla: como resolver o problema das creches. Eu concordo com a professora Nanci que tem muita demanda, principalmente para as famílias das classes D e E, o que torna mais difícil solucionar o problema. Outra coisa é cumprir o objetivo do governo de atender 50% das crianças de 0 a 3 anos até o fim do PNE. Essa meta eu não considero impossível, pois o número de crianças que é preciso atender está diminuindo. Já chegamos a ter 12 milhões de crianças na faixa de 0 a 4 anos; agora são pouco mais de 10 milhões. Por outro lado, existe enorme pressão por mais creches, como expressou a professora Nanci. Essa pressão parte de pais e mães que precisam trabalhar e têm necessidade de deixar as crianças em algum lugar onde serão cuidadas. Inclusive há muitas famílias que vão à Justiça para assegurar esse direito. A pressão sobre os prefeitos é muito grande. Alguns municípios mais pobres têm dificuldade de encontrar terrenos. Em geral há também questões de logística. Mas o governo federal já deu alguns passos. Por exemplo: criar uma creche padrão e fazer alguns adiantamentos, não só para cumprir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Minha preocupação é com o baixo crescimento da economia. A Educação tem certo percentual de recursos e também conta com os royalties do petróleo, que hoje são menos promissores. Se o preço básico sobre o qual os royalties incidem diminuir, então os percentuais serão muito menores. Mas em geral estou otimista porque a sociedade quer creche.

**AG:** Professor, há um risco enorme nessa situação. Mesmo que seja alcançada a meta de 50%, somos um país marcado por profundas desigualdades. Os dados de 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que entre as famílias mais ricas estamos quase no percentual de 50% – são 46%, 47% de crianças de 0 a 3 anos matriculadas. Mas quando se analisa a parcela mais pobre da população, o percentual é de 15%, 20%, ou seja, bem inferior. Como fazer para que desde cedo, desde o primeiro contato da criança com a escola, ou, no caso, com a creche, o país comece a corrigir essa desigualdade?

**AA:** Esse é um ponto muito importante. Universalização significa que todo mundo estará na escola. Quando se tenta atingir só

50%, obviamente as mães mais articuladas, de classe C, tendem a conseguir mais acesso. Da mesma forma, as prefeituras com mais recursos tomam a iniciativa de ir a Brasília para conseguir verbas. A tendência, então, é atingir a meta com mais facilidade na classe C, talvez até passando dos 50%. Para as classes D e E, uma meta que não visa à universalização é um problema. Por outro lado, não se pode ter a universalização como objetivo nesse segmento, porque nem todo mundo está convencido de que é ótimo colocar todas as crianças na creche. Muitas mães dispõem de tempo, ou contam com avós para assumir o trabalho que seria das creches. As próprias famílias se organizam. Então, por que gastar com a universalização nessa etapa? A universalização tem que atingir as crianças a partir dos 4 anos. Para as mais novas, a creche deveria ser optativa. Eu acredito, porém, que precisamos ter outro tipo de meta, talvez visando não só o atendimento de 50% das crianças de 0 a 3 anos, mas também de pessoas ou municípios mais pobres. A meta fala na articulação entre municípios, estados e governo federal. Diz que essa articulação seria desejável, mas não indica como ela se dará. Talvez isso seja apenas uma carta de boas intenções.

**AG:** Até porque, no caso da Educação Infantil, tem-se muita clareza de que a principal responsabilidade é dos municípios. A União tem que entrar para corrigir desigualdades, mas lidará muitas vezes com prefeituras com pouca estrutura e pouca capacidade técnica para dar conta da demanda. Então talvez realmente seja necessário ter um pacto da federação que funcione, de modo que essas políticas públicas cheguem aos municípios mais pobres. O senhor concorda?

**AA:** Concordo totalmente, mas é nesse aspecto que sou mais pessimista. Creio que talvez possamos chegar perto da meta de 50%. Quanto a atingir municípios mais pobres, ou faixas de rendas mais baixas, aí é mais complexo. Alguns municípios têm essa visão, tentam construir mais creches em lugares mais pobres, mas é algo que não está tão explicitado.

**AG:** Até agora tratamos da questão do acesso. Há pouco tempo ainda se pensava na Creche, e até mesmo na Pré-escola, apenas como lugares de cuidado, onde as crianças permaneciam enquanto as mães e os pais trabalhavam. Hoje evoluiu-se bastante: deseja-se

que a Creche e a Pré-escola ofereçam qualidade. Por que isso é importante?

**AA:** Alguns estudos realizados na Colômbia e por Ricardo Paes de Barros<sup>1</sup> concluíram que Creche de baixa qualidade pode até atrapalhar a educação posterior da criança. Então é preciso que exista qualidade nessa etapa. Parte dessa questão está coberta pela legislação que passou a exigir nível superior completo para os professores. Na minha opinião, já se caminhou muito no sentido de ter creches de melhor qualidade. Falta avançar em termos de currículo, ou seja, no que se deve fazer dentro da Creche – como distribuir o tempo, por exemplo. Ninguém sabe de antemão o que seria ótimo, mas é preciso tentar vários métodos e avaliá-los. Não se pode ter tabus. É preciso também avaliar as crianças, porque para as faixas etárias seguintes existe o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Naturalmente, não se quer medir a criança nos mesmos parâmetros.

**AG:** Quais seriam esses parâmetros?

**AA:** Detectar, por exemplo, a criança que tem um problema emocional, ou de interação, ou que sofre violência no lar ou na vizinhança. Será preciso observar as crianças desse segmento com uma atenção muito especial. Isso tem sido dito, mas é essencial encontrar métodos de explicitar ainda mais o tema. Na Educação Infantil não existe um currículo ideal, mas é preciso explicitar quais metodologias serão utilizadas e quais currículos e formas de avaliação serão melhores. Na França, já existem livrinhos padronizados para crianças de 4 anos. De 0 a 3 anos é muito difícil, mas as de 4 e 5 veem essencialmente as mesmas coisas. A França é um país menos populoso que o Brasil. Não estou propondo repetir isso aqui, mas é preciso debater algumas experiências mais unificadas e ver qual delas é melhor.

**AG:** Quase todas as metas do PNE levam também à questão do professor. O senhor está abordando a importância de haver um currículo e uma avaliação até mesmo para a Educação Infantil, e en-

---

1. Ricardo Paes de Barros é engenheiro eletrônico com doutorado em economia pela Universidade de Chicago (EUA). Notabilizou-se por suas pesquisas a respeito da desigualdade no Brasil e na América Latina.

tão emerge a questão essencial que perpassa praticamente todas as metas: que professor é esse? Estamos formando professores já preparados para esses desafios na Educação Infantil hoje?

**AA:** Hoje se discute como treinar esse professor nos cursos de pedagogia. Minha opinião é que estamos quebrando tabus no Ensino Fundamental e Médio. Talvez devamos quebrar em outros níveis também.

**AG:** O senhor é um dos brasileiros que melhor conhece o trabalho do professor James Heckman<sup>2</sup>, Prêmio Nobel de Economia, além de ser próximo dele. Heckman destaca muito a importância do atendimento na primeira infância, em casa e na escola, e afirma que esse período é fundamental para o restante da vida da pessoa. O senhor pode explicar quais são os benefícios de um atendimento de qualidade na Creche e na Pré-escola para o restante da vida de uma criança?

**AA:** O trabalho do professor Heckman com o professor Flávio Cunha, um brasileiro que foi aluno dele e também do mestrado da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas, afirma que as igualdades observadas em crianças de 4 a 6 anos, de acordo com o nível social da mãe, ou com a educação da mãe, permanecem a vida toda. Então, se realmente quisermos fazer uma sociedade mais justa, se quisermos resolver as desigualdades raciais, é preciso fazer intervenções muito precoces.

---

2. James Heckman é economista americano e professor da Universidade de Chicago (EUA). Ganhou o Nobel em 2000 pela criação de métodos precisos para avaliar o sucesso de programas sociais e de Educação.





# Ensino Fundamental de 9 anos para todos

Universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluem essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência do PNE.

## ENTREVISTA DE ALEJANDRA VELASCO

*Mestre em políticas públicas pela Universidade de Chicago (EUA),  
é coordenadora geral do movimento Todos Pela Educação.*

**ANTÔNIO GOIS (AG):** O site Observatório do PNE, do movimento Todos Pela Educação, chama a atenção para o seguinte fato: boa parte das crianças de 6 a 14 anos que estão fora do Ensino Fundamental é formada pelas mais pobres, por crianças com deficiência, indígenas e quilombolas. Ou seja, um público muito específico. Que estratégia é necessária para atingir 100% da população de 6 a 14 anos no Ensino Fundamental pensando nesse público diferenciado?

**ALEJANDRA VELASCO (AV):** O importante da meta é o reconhecimento de que o Ensino Fundamental ainda não foi universalizado. Nos debates públicos, até se festeja a universalização do Ensino Fundamental de 9 anos. A realidade não é essa. Com o tamanho do Brasil em termos absolutos, o desafio é imenso. São muitas as crianças que ainda estão fora da escola, para as quais é preciso haver políticas específicas. São crianças em situação de vulnerabilidade, vivendo em locais distantes, onde é difícil oferecer um atendimento de qualidade, perto de casa, com profissionais da Educação. Aliás, a questão não se resolve apenas na Educação – é preciso articular diferentes pastas. A Assistência Social tem um papel

muito importante na identificação dessas crianças. Muitas vezes elas não têm uma família estruturada. Enfim, há de se encontrar estratégias para dar a elas um atendimento continuado. No caso de indígenas ou quilombolas, é preciso buscar um atendimento que supra suas necessidades culturais. Há os casos de crianças com alguma deficiência, que, por questões culturais ou mesmo de saúde, que exigem um esforço enorme das mães, não frequentam a escola. Nessas situações, muitas vezes as redes de Educação têm que se articular com a área da Saúde para que o atendimento aconteça de forma satisfatória.

**AG:** Parece que, nesse caso, o desafio principal não é criar vagas, mas sim criar políticas específicas para grupos específicos.

**AV:** Exatamente. Na área rural é preciso encontrar o equilíbrio entre deslocar para muito longe uma criança, o que acaba inviabilizando a frequência dela, e criar escolas muito pequenas, que limitam a aprendizagem.

**AG:** Vamos aprofundar a questão das políticas para grupos específicos ouvindo a pergunta do professor Paulo Jorge Campos, da cidade do Rio de Janeiro.

**PAULO JORGE CAMPOS:** Eu gostaria de saber se há algum tipo de mecanismo para incluir as comunidades quilombolas e indígenas e as populações rurais quando se aborda a universalização do Ensino Fundamental.

**AV:** No caso desses grupos específicos, é preciso pensar particularmente sobre o currículo. O ensino precisa ter um significado para a criança, independentemente de ela pertencer a uma minoria. É preciso haver uma relação com o cotidiano do aluno. Hoje se discute muito como a diversidade tem que entrar no currículo do Ensino Fundamental, no currículo único, com uma base nacional comum. A diversidade deve valer para todos. Temos que entender as particularidades desses grupos. O ensino precisa refletir as necessidades e a cultura deles.

**AG:** Esmiuçando melhor os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), percebe-se que, no grupo de 6 a 14 anos, há uma faixa etária, de 13, 14 anos, em que a ausência do aluno na escola é maior. São crianças que tiveram experiência escolar. Elas entraram na escola, mas saíram. Esse grupo reforça a necessidade

da meta 2: não basta incluir essas crianças na escola, é preciso garantir que elas completem o Ensino Fundamental. A meta propõe atingir 95% até 2024. Então, quais políticas adotar? Como fazer para que esse aluno, uma vez entrando na escola, permaneça nela?

**AV:** Os indicadores mostram a dificuldade que o Brasil ainda enfrenta para manter o aluno na escola nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Os Anos Iniciais têm uma estrutura com um professor polivalente. Esse aluno cria uma relação com um professor na sala de aula; ele pertence mais à escola. Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, essa relação mais pessoal com o professor se quebra, porque o aluno encontra uma estrutura que já é muito parecida com a do Ensino Médio. São vários professores especialistas, requerendo maior autonomia do aluno no momento em que ele está deixando a infância e entrando na pré-adolescência ou na adolescência. É um momento de vida difícil, e o jovem perde essa referência dentro da escola. As escolas também apresentam todos os problemas que a gente vê no Ensino Médio: faltam laboratório de ciências e biblioteca, falta até mesmo a formação específica dos professores nas disciplinas lecionadas. Ou seja, todos os problemas do Ensino Médio estão presentes nos Anos Finais do Ensino Fundamental de uma forma muito mais aguda. Isso porque uma carreira no Ensino Médio é mais atraente para um professor especialista, com uma formação adequada. Dessa forma, nos Anos Finais do Ensino Fundamental há um percentual menor de professores com formação adequada. É uma etapa para a qual não há mobilizações nacionais, não se veem políticas públicas de vulto. É uma etapa esquecida. Para efeitos práticos, é totalmente diferente dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

**AG:** Como você avalia essa tentativa de algumas redes, como a rede municipal do Rio, que é a maior de todas, de esticar um pouco a estrutura do Ensino Fundamental para o segundo ciclo do Ensino Fundamental? Ou seja, manter por pelo menos mais um ano um professor lecionando várias disciplinas? Há um limite?

**AV:** A estrutura inicial de seis anos no Ensino Fundamental existe em outros países. Aqui no Brasil, o problema seria minimizado um pouco, de fato, se concentrássemos o recurso de professores especialistas nos últimos três anos. Então, acredito que, de algu-

ma forma, pode funcionar. É preciso avaliar e observar o que o Rio corajosamente empreendeu.

**AG:** É comum falar de direito de matrícula, da obrigatoriedade de matrícula, mas agora há um avanço no sentido de trazer à tona direito de aprendizagem, uma das estratégias dessa meta. Qual é a lógica dela?

**AV:** O PNE coloca basicamente metas de acesso. Ainda há um problema nesse sentido, inclusive para a Educação Infantil, que precisa ser trabalhado. É uma agenda que muitos países já resolveram no século passado, mas que ainda é muito desafiadora no Brasil e precisa ser cumprida logo. Timidamente, o PNE propõe algumas metas de qualidade, como é o caso dos direitos de aprendizagem, que foram batizados de diferentes formas em diferentes momentos do debate. Hoje se fala na base nacional comum, que seria uma forma de reduzir a desigualdade. O País todo teria a mesma referência do que as crianças têm que aprender ano a ano. Há a declaração da presidente Dilma Rousseff, feita em 2014, na Conferência Nacional de Educação, apoiando a ideia de haver clareza sobre o que as crianças têm que saber ao final de cada ano do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, da Educação Básica como um todo. Isso orientará, depois, uma eventual mudança, que é necessária no currículo de formação de professores.

# Garantir a matrícula dos adolescentes

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

## ENTREVISTA DE RICARDO HENRIQUES

*Professor do departamento de economia da Universidade Federal Fluminense, no Rio, é superintendente executivo do Instituto Unibanco.*

**ANTÔNIO GOIS (AG):** A meta 3 tem um objetivo a ser cumprido já em 2016. O *site* Observatório do PNE, do movimento Todos Pela Educação, aponta que 17% de jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola. Pela velocidade de melhoria alcançada até hoje, nada indica que a meta 3 será atingida em 2016, como preveem o PNE e a própria lei de universalização do ensino. Teremos que lidar com uma frustração no meio do caminho por não alcançar essa meta? O que fazer para que, efetivamente, haja uma aceleração para o cumprimento da meta?

**RICARDO HENRIQUES (RH):** Tudo indica que a primeira parte da meta não será alcançada. É realmente frustrante; acho que precisa haver uma mudança geral da percepção da sociedade sobre a qualidade do Ensino Médio. Tanto o Ministério da Educação quanto as secretarias estaduais têm que dar sinais mais contundentes de que há uma melhora, para que se enfrentem o abandono, a reprovação e a evasão, para que os meninos deixem de sair e outros voltem. Esses 17% são um contingente enorme de pessoas. É preciso ter capacidade de ir atrás desses jovens, mas não obrigando-os a voltar à escola, e sim seduzindo-os. É preciso recolocar no debate

público a ideia de que estudar faz sentido, de que estudar vale a pena. Os meninos e as meninas que saíram estão descrentes de que vale a pena. Muitos estão dentro da escola, porém virtualmente evadidos. Eles estão lá de forma passiva, não fazem o circuito de aprendizagem funcionar e já desistiram, apesar de estarem sentados na sala de aula. Tudo indica que a primeira parte da meta não será alcançada. Se o vetor de atração e de qualificação das expectativas sobre o que a gente pode fazer com o Ensino Médio não mudar, a meta não será atingida em 2018 nem em 2020. É preciso não somente ajustar várias coisas sobre a qualidade do Ensino Médio, mas também comunicar de forma clara o que está mudando. Ou seja, é necessário que a sociedade, sobretudo os jovens, volte a acreditar que essa fase da Educação é crucial para a mobilidade social. Hoje não existe empatia com os professores, não há uma crença de que vale a pena ficar estudando; isso desmobiliza vários dos que seriam nossos melhores médicos, professores, historiadores, cientistas. Eles vão embora, abandonam os estudos. Estatisticamente, muitas das pessoas de quem a gente está falando seriam os nossos melhores profissionais. Eles estão descrentes da escola. É preciso resgatá-los. Não me parece que isso ocorrerá em 2016, mas é preciso ser mais explícito sobre como dar essa virada agora, porque, senão, a meta não será cumprida nem mesmo um pouco depois.

**AG:** Como atingir a segunda parte da meta, que é garantir que os alunos não somente frequentem a escola dos 15 aos 17 anos, mas estejam efetivamente matriculados no Ensino Médio? Ela é viável?

**RH:** Sim, é viável, mas pede uma reestruturação central que passa por algumas dimensões. Primeiro, especificamente, uma mudança de cultura sobre reprovação, que é exagerada no Ensino Fundamental e continua no Ensino Médio. Segundo, uma mudança curricular forte no Ensino Médio. Terceiro, uma revisão profunda no processo de formação dos professores, sobretudo daqueles que se dedicam à sala de aula, articulando teoria e prática. Quarto, uma mudança importante no uso do tempo em sala de aula. Por fim, uma transformação radical na gestão e uma perspectiva de democratização desse processo em que o sistema de ensino, tanto estadual quanto federal, forneça aos educadores mais protocolos

simples para cumprir a agenda da Educação. Com esses ingredientes o Ensino Médio terá capacidade de mudar sua trajetória e dar conta de elevar a taxa líquida de matrículas a 85%; assim, a maioria dos jovens de 15 a 17 anos efetivamente ficará na escola na fase adequada, esperada, que é o Ensino Médio.

**AG:** Temos uma pergunta do professor e pedagogo do Instituto de Aplicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) Livau-ro Teixeira da Silva sobre uma dessas dimensões, que é a questão do currículo.

**LIVAURO TEIXEIRA DA SILVA:** Para atingirmos essa meta almejada, seria necessária uma transformação curricular. Para onde esse currículo aponta?

**RH:** O currículo do Ensino Médio é totalmente ultrapassado. Isso é uma constatação importante. Ele é enciclopédico, conteudístico. Apesar de o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tentar superar a meta do conteúdo, tudo que é praticado é excepcionalmente conteudístico. Há um conjunto enorme de matérias, de 12 a 14, obrigatórias, de forma universal. Então, é fundamental haver uma discussão sobre a base curricular deste País que defina, de forma consistente, o que é esperado que o aluno aprenda a cada fase, a cada idade, do primeiro ano do Ensino Fundamental até o terceiro ano do Ensino Médio. O que deve ser ensinado a cada idade e série de ensino. Por exemplo, quando fazemos as comparações com o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) ou como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) ou o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), vemos que os meninos sabem muito pouco frente ao que seria esperado em sua faixa de idade. Só que a estrutura curricular não enuncia o que é adequado para cada faixa. Então, é impossível uma mudança estrutural na qualidade do ensino do País, principalmente do Ensino Médio, se a gente não rediscutir a base curricular comum. É preciso ir além e dizer o que é necessário para cada conteúdo. Além disso, em particular para o Ensino Médio, é preciso diminuir a quantidade de matérias obrigatórias e dar aos jovens flexibilidade para fazer escolhas. Acha-se natural que um menino ou uma menina com bom desempenho escolar seja capaz de escolher a sua formação universitária aos 18 anos. No entanto, pensa-se que o menino de 15



não tem capacidade de escolher se gosta mais de humanas, exatas ou biomédicas. A escolha em si não somente aumenta a capacidade de aprofundar um conhecimento específico, como cria condições de vínculo. Da forma como o Ensino Médio está estruturado hoje, enfrenta-se uma questão-chave, que é a descrença quase absoluta, mesmo por parte daqueles que lá ficam, mesmo por parte daqueles que concluem o Ensino Médio, sobre a pertinência e a relevância desse ensino. Então, é necessário dar condições flexíveis para esses meninos fazerem escolhas. O problema não é haver 12 ou 14 disciplinas. É elas serem as mesmas, idênticas na oferta de conteúdos absolutamente enciclopédicos para todo mundo. Se conseguirmos usar bem o tempo em sala de aula, e se os meninos fizerem escolhas, será dado um sinal fundamental para repactuar a percepção do jovem sobre a relevância dessa fase do ensino. Provavelmente essa mudança terá impactos significativos, porque haverá uma redefinição sobre as possíveis expectativas quanto à função do Ensino Médio, seja quando orientado para a universidade, seja quando profissionalizante. Ao fazer essas escolhas e restabelecer vínculos, cria-se uma visão mais positiva, mais criativa, mais contemporânea. É preciso enfrentar esse Ensino Médio, que é ultrapassado, e adequá-lo aos desafios deste século. É preciso torná-lo mais encantador. É preciso ser sedutor, é preciso ser produtor de encanto no Ensino Médio para que essa juventude dê conta de estar aí. O mundo ficou muito mais atraente fora da escola; é preciso fazer com que a escola seja atraente e com conteúdo. Não é com diversão, com o extraordinário: é com conteúdo.

**AG:** Como tudo em Educação, um assunto puxa o outro e uma estratégia depende de outra. Esse é o gancho para falar da questão da formação do professor. De que adianta mudar, reformular o currículo do Ensino Médio, flexibilizar o Ensino Médio, se o professor, tanto o que está sendo formado agora como o que já está em sala de aula, não for preparado para isso? Como fazer esse desafio ao mesmo tempo em que se reforma o currículo?

**RH:** Isso é vital, uma coisa está articulada à outra. Primeiro, é preciso lembrar que a maioria dos professores na ativa formou-se em faculdades privadas que não ofereciam ensino de boa qualidade. É preciso, então, que o Ministério da Educação conduza uma dis-

cussão sólida com a inteligência das universidades federais e estaduais, e obviamente com os cursos privados, para que as licenciaturas e as pedagogias fiquem muito mais próximas da prática. É óbvio que a pesquisa teórica é fundamental. Existem pesquisas maravilhosas nas universidades públicas que produzem resultados relevantes. No entanto, elas se distanciaram muito do cotidiano da sala de aula. Um professor não tem hoje, na sua experiência de formação inicial, nada que diga como é que se faz um plano de aula, só para ser muito direto e objetivo. Então, é fundamental recompor a formação inicial para que ela dê conta dessas adequações. Por outro lado, é fundamental aproximar a prática de ensino da formação inicial. A formação continuada se torna muito mais difícil, porque há um efeito de inércia; muitos vícios estão assimilados. No entanto, é preciso ter uma mudança de atitude. Os professores são pessoas dedicadíssimas, de muita qualidade, mas inseridos em um ambiente que não estimula a transformação. Provavelmente a formação continuada atrairá esses professores para um caminho de reciclagem, de adaptação ao mundo contemporâneo. Todos querem isso, os professores querem, os alunos que lá estão querem. No entanto, são necessárias mudanças simples, do campo do ordinário; não são mudanças espetaculares. Teremos que nos haver com essa questão da formação. Não dá para ter um cinismo erudito acadêmico que se distancie das necessidades do cotidiano da escola e não incida na formação. O que a gente precisa é trazer o foco de toda formação inicial e continuada para a aprendizagem dos alunos. Toda a Educação tem que estar a serviço dos meninos e das meninas. O resto é entorno.

**AG:** Muitos criticam o Ensino Médio por oferecer muitos conteúdos em pouco tempo, ou seja, a questão do manejo de sala de aula. Há duas variáveis aí: o tempo em que o professor efetivamente dá aula e a questão da jornada escolar. Qual é o principal: aumentar a jornada ou utilizar melhor o tempo?

**RH:** Deve-se pensar em dois movimentos. Aumentar a jornada é útil, mas deveríamos pensar no uso que se faz dela. Todos os indicadores e todas as pesquisas mostram que das 4 horas diárias que o aluno passa na escola, mais ou menos 20% a 25% não ocorrem de fato. Isso equivale a perder um dia ou um dia e meio por sema-

na de aula. É preciso rediscutir o uso do tempo da sala de aula. Definir práticas claras, protocolos que ajudem os professores a fazerem o óbvio de forma mais fácil. A outra discussão, sobre ampliar o tempo de permanência dos estudantes do Ensino Médio na escola, é fundamental. Em vez de 4 horas, deveriam passar 5 ou 6 horas diárias lá. É preciso, porém, haver os dois movimentos. Não se trata de oferecer horas a mais na escola somente para atividades lúdicas, e sim para atividades que sejam capazes de mobilizar e encantar o aluno com o conteúdo; atividades que aumentem, com um processo flexível, evidentemente, a capacidade de escolha desses jovens, que são sujeitos de direito. Não se pode esquecer ainda que faltam professores em várias áreas. Faltam professores e o professor falta. Assim, é preciso melhorar o uso das 4 horas e, progressivamente, expandir a permanência na escola para tempo integral. Isso fará com que o Ensino Médio seja inserido no século XXI, dentro do que é o contemporâneo. É necessário fazer com que esses jovens, atraídos por todo lado, vejam o valor de estar nesse processo de aprendizagem, que é complementar, obviamente, às atividades múltiplas, criativas e ricas que têm fora da escola. Essa combinação é chave hoje.

# Educação especializada

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

## ENTREVISTA DE CLAUDIA WERNECK

*Especialista em comunicação social pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz),  
é jornalista, escritora e fundadora da ONG Escola de Gente.*

**ANTÔNIO GOIS (AG):** O assunto é a meta 4, que trata da Educação Inclusiva, talvez um dos maiores desafios do PNE. Uma das primeiras dificuldades dessa meta é o estabelecimento de termômetros adequados. No site Observatório do PNE, do movimento Todos Pela Educação, destaca-se a necessidade de haver instrumentos adequados para monitorar essa meta. Isso já mostra o quanto estamos atrasados nessa questão? O quanto essa meta precisa ser realmente prioritária?

**CLAUDIA WERNECK (CW):** Em geral, os indicadores de Educação no Brasil são muito precários. Nenhum dos que eu conheço mostra a participação de pessoas com deficiência. Elas continuam à margem quando se fala principalmente em participação, e Educação é participação. Os indicadores ainda são escassos e precários, e isso demonstra não apenas a importância do cumprimento da meta, mas mostra o quanto ela é fundamental para um projeto de

democratização da sociedade que inclua pessoas com deficiência desde os primeiros dias na escola, em todos os processos.

**AG:** Que democratização é essa?

**CW:** É democratização para que as crianças com deficiência tenham acesso a todas as histórias contadas pela sociedade à qual pertencem. Democratização para as famílias, que precisam chegar às escolas e ser recebidas num processo democrático de acolhimento e reconhecimento de seu valor. Inclusive famílias formadas por pessoas com deficiência: pais, mães, irmãos. Na Educação Inclusiva todos têm o mesmo valor: as crianças, os gestores com ou sem deficiência, os professores com ou sem deficiência, as famílias. Essa visão sistêmica de uma Educação Inclusiva configura um caminho amplo, seguro, forte e urgente para um Brasil mais democrático.

**AG:** Apesar de termos instrumentos precários, essa meta é viável na sua opinião?

**CW:** Essa meta é totalmente viável, ainda que ela esteja inadequada. Digo isso porque ela volta a associar o termo “preferencialmente” não apenas ao atendimento educacional especializado, mas sim à própria Educação Básica. É uma meta que, mesmo com esse equívoco, será cumprida devidamente, e é possível que nos planos municipais e estaduais isso seja até corrigido. A meta 4 retrocede num grande avanço que houve no sentido de considerar o termo “preferencialmente” apenas para o atendimento educacional especializado. No entanto, a Educação Inclusiva é algo sem volta. Discutir a viabilidade da Educação Inclusiva no Brasil é como voltar a pensar que o trabalho escravo é viável, que os negros podem perder o direito ao voto. É como achar que as mulheres devem deixar de trabalhar. Considerar que a Educação Inclusiva é um tema ainda a ser discutido tem o mesmo peso de violação de direitos humanos dos exemplos citados acima. Estamos discutindo como implementar a Educação Inclusiva no Brasil. Quais são os entraves, as dificuldades. A meta 4 está abaixo da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa convenção, o único tratado de direitos humanos que tem valor de Constituição no Brasil, é mais avançada do que a meta. Por isso, não nos incomodamos muito com o equí-

voco na meta; o que vale no País são a Constituição brasileira e os tratados constitucionais.

**AG:** O que incomoda tanto na questão do uso do termo “preferencialmente”? Há quem diga que, para algumas crianças com muita dificuldade, seria melhor ter um atendimento especializado fora da rede regular. Esse é um debate que existe na sociedade. Qual é a sua discordância?

**CW:** Houve um equívoco no PNE, motivado por posições partidárias e do próprio Congresso que ainda defendem que crianças com deficiência devem estar segregadas. A questão do “preferencialmente” é muito antiga. Há vinte e poucos anos eu estudo inclusão, e há vinte e poucos anos, no meu primeiro livro, eu já discutia o “preferencialmente”. O termo só pode ser entendido no contraturno. Deve-se oferecer o atendimento educacional especializado no contraturno, transversal a todos os níveis de ensino. Assim, a criança frequenta a escola regular com as outras crianças da sua idade, tem acesso a todos os apoios necessários aos processos de aprendizagem e participa de tudo; no contraturno, recebe o atendimento educacional especializado, que não é reforço escolar. Em geral, o termo “preferencialmente” sinaliza o seguinte: que esse atendimento no contraturno pode ser feito *preferencialmente* na própria escola ou, se não for possível, numa instituição especializada. Então, essa palavra refere-se só ao atendimento educacional especializado no contraturno. Ele não se refere à Educação Básica. Porque, em relação à Educação Básica, não existe essa discussão do preferencialmente: a Constituição brasileira diz que a escola pública não pode, sob nenhuma alegação, discriminar uma criança. Então, não há possibilidade de a meta 4 valer de fato no que diz respeito a associar o “preferencialmente” à Educação Básica. Isso é muito importante. A Constituição brasileira não admite discriminação de nenhuma natureza, para qualquer criança que vive neste País, nascida aqui ou não, mesmo com pais e mães estrangeiros. Esse é o grande ponto da Educação Inclusiva: ela é uma proposta totalmente constitucional.

**AG:** Você citou a questão do contraturno escolar. A parte de estratégias para o cumprimento da meta trata exatamente do horário integral. Na própria meta do horário integral há uma parte espe-

cífica sobre essa população com deficiência. É fundamental haver atendimento em horário integral para essa população?

**CW:** Eu acho que para todas as crianças no Brasil. Penso que o que é bom para crianças com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento, com transtorno do espectro do autismo, para todo esse público de Educação Especial, é bom também para as outras crianças. E o que é bom para as outras crianças tem que ser proporcionado para o público de Educação Especial. É preciso haver um grande diálogo entre as metas. Ao se implementar uma Educação Integral, deve-se fazê-lo com bastante habilidade e harmonia. Harmonizar leis e metas é um grande desafio para todos nós. Havendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno, preferencialmente na escola, ele deve ser concatenado, para que a criança aproveite cada vez melhor o programa da Educação Integral.

**AG:** Olhando um pouco para trás, observam-se alguns avanços. De 1998 a 2013, houve um aumento muito grande na proporção de alunos com deficiência matriculados em classes regulares. Entre 1998 e 2013, o percentual saltou de 13% para quase 80%. No entanto, o desafio da qualidade persiste. Como enfrentá-lo?

**CW:** É um desafio da população brasileira. Não acho que seja só do governo; acho que é de cada família. No Brasil, é comum só pensar no assunto Educação quando chega a hora de colocar os filhos na escola. É importante que o tema da qualidade da Educação seja assunto no almoço aos domingos, porque estamos falando de País. A escola que temos, que ainda não é inclusiva, mas precisa ser, deve ser tratada como um objeto de amor, de acolhimento por todos nós. Deve ser encarada como a instituição que vai de fato mudar o nosso País. Essa demanda por qualidade da escola deve valer para tudo o que ela engloba. Estamos falando de uma visão sistêmica, que inclui a participação das famílias. Vou dar um exemplo. Imagine uma escola que tenha uma inclusão de qualidade no dia a dia. Essa escola vai realizar uma excursão a um museu. Ocorre que esse museu não é acessível, ou a escola não convoca um intérprete de libras para acompanhar o grupo. Esse é um problema de todos! É preciso que todos nós nos responsabilizemos por mudar essa escola. A escola do Brasil é nossa, é minha, é sua, é de todo

mundo, e a criança brasileira é a dona da escola. A criança que está na escola é a pessoa mais importante. Muitas vezes a qualidade da Educação se perde quando as pessoas adultas se sentem mais importantes do que o sujeito fundamental na construção do Brasil, que é a criança. E a criança com deficiência talvez seja o maior sujeito de direitos previsto na nossa Constituição, embora alguns juristas possam discordar disso. O valor delas não é maior do que o das outras crianças, mas não pode ser reduzido.

**AG:** Não há como falar de qualidade na escola sem falar do professor. Vamos ouvir um questionamento justamente da professora Ana Melo, da cidade do Rio de Janeiro.

**ANA MELO:** O que eu quero realmente saber é: o que vai ser da Educação Inclusiva? Precisamos de uma Educação Inclusiva com acessibilidade e pessoal qualificado.

**CW:** A professora está certa. Deve haver oferta ampla e diversificada de acessibilidade física e comunicacional em todos os espaços: na escola, no contato com a família, com a comunidade, além de profissionais qualificados. Os profissionais têm que receber formação inclusiva, continuada. O Ministério da Educação (MEC) oferece diversos programas a municípios e estados, desde reforma de escola até a qualificação de profissionais a distância. Outras organizações da sociedade civil também se preocupam em oferecer essas formações. No entanto, é responsabilidade de cada professor refletir sobre o valor que ele dá a um aluno que não seja aquele idealizado. Para trabalhar em Educação Inclusiva, o profissional tem que mergulhar na própria alma. Não há qualificação que dê jeito em um professor que não queira ensinar para determinado tipo de criança ou de adolescente. Ou seja, é um conjunto. A gente está falando o tempo todo de um processo contínuo, sistemático, interno, externo, múltiplo, amplo. É um processo pelo qual todos nós temos que nos aventurar, porque vai ser bom para todo mundo e principalmente para as crianças do Brasil.





# Alfabetizar até o final do 3º ano

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

## ENTREVISTA DE NILMA FONTANIVE

*Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), é coordenadora do Centro de Avaliação da Fundação Cesgranrio.*

**ANTÔNIO GOIS (AG):** Na construção da meta 5, houve um grande debate a respeito de qual era a idade a ser fixada para que as crianças estivessem de fato alfabetizadas. Houve quem defendesse uma antecipação da idade para 6 anos, argumentando que o 3º ano do Ensino Fundamental, quando as crianças têm entre 8 e 9 anos de idade, é muito tarde. Houve quem dissesse que não se tinha que estipular meta nenhuma, idade nenhuma. Qual a sua opinião sobre o assunto?

**NILMA FONTANIVE (NF):** Eu acho que o 3º ano do Ensino Fundamental é tardio. Devemos antecipar a meta. Até porque 80% das crianças brasileiras já frequentam a Educação Infantil. Crianças de 4, 5 anos já estão na escola. Acrescentando-se mais 3 anos, serão 5 anos de escolaridade. Acho que as crianças deveriam se alfabetizar no final do 2º ano do Ensino Fundamental, quando estarão com 8 anos. No 3º ano estarão com 9, ou quase 9, uma idade tardia.

**AG:** O que é preciso fazer para que uma criança não chegue aos 8 ou 9 anos analfabeta? Quando se deve começar o processo de alfabetização? Em que idade? Em que etapa?

**NF:** Existe uma tradição brasileira. O Brasil tinha crianças matriculadas nas classes de alfabetização aos 6 anos de idade. No municí-

pio do Rio de Janeiro isso era universal. A prontidão para a aprendizagem da leitura e da escrita se estabelece com 4, 5 anos com a Educação Infantil. O processo de alfabetização começa aos 6 anos e deve estar concluído no final do 2º ano. São 2 anos de ciclo. Isso seria mais do que suficiente.

**AG:** A escola conseguiria resolver os casos de filhos de pais com escolaridade muito precária?

**NF:** Com certeza, porque os déficits de aprendizagem são cumulativos. A criança nessa fase está pronta para aprender. Se ela teve um bom período de Educação Infantil, em que estabeleceu alguns critérios importantes, como coordenação motora, coordenação visomotora e lateralidade, por meio de brincadeiras como bater palma e tocar instrumentos, está preparada para discriminar som e imagem. Então, com 6 anos, ela começa um processo de alfabetização tranquilo, que se consolida no ano seguinte. Eu acho que um ano seria pouco para qualquer criança, de qualquer classe social. Acredito, porém, que 2 anos bastam. No entanto, é importante avaliar o processo de alfabetização ao final do 2º ano, para impedir que no 3º haja crianças reprovadas. Vê-se que a reprovação, nesse ciclo de alfabetização de 3 anos, está acontecendo no final do 3º ano.

**AG:** Professora, falemos um pouco sobre a viabilidade dessa meta. Cerca de 30% das crianças ainda não estão alfabetizadas no período que a meta exige. É possível chegar ao final do PNE com 100% de alfabetização?

**NF:** Com certeza. Mas para isso é preciso haver foco. Fazer uma avaliação antes que a criança complete a idade da meta é importante para evitar esse fracasso. Eu não vejo nenhuma dificuldade. As crianças se alfabetizam. O processo de alfabetização, bem orientado, é natural. O desafio é evitar a reprovação tardia nesse 3º ano. Eu acho que haveria muitos ganhos se a avaliação nacional da alfabetização fosse deslocada para o final do 2º ano. No 3º ainda haveria um tempo para a criança consolidar o seu processo de aquisição de leitura.

**AG:** Há um desafio enorme de um ponto de vista regional. O País tem várias realidades. A professora Michele Adum, responsável pelo serviço de Educação Continuada da Associação Beneficente dos Professores Públicos Ativos e Inativos do Estado do Rio de Janeiro (Appai), faz uma pergunta sobre esse assunto, apontando para uma questão

que extrapola a meta 5, a existência de analfabetos adultos no País.

**MICHELE ADUM:** Há uma diretriz do PNE que pretende erradicar o analfabetismo no Brasil. Como isso será nivelado em todas as culturas, em todos os estados brasileiros? Como é possível ser um plano de ação comum a todos?

**NF:** Nós não podemos mais ter adultos analfabetos no País. Nunca mais. Temos que impedir que o adulto vire analfabeto por conta de uma escola de baixa qualidade ou pela impossibilidade de se manter nela. Isso não pode existir. A solução começa na alfabetização infantil. Temos que garantir o sucesso da criança já em seus primeiros anos escolares. Claro que o Brasil tem uma realidade muito perversa, que aparece na diversidade regional. O principal problema da Educação brasileira é esse desnível entre estados e municípios. É preciso garantir o acesso à escola e a permanência nela, com todos os mecanismos possíveis para que a criança não se evada. Fazer um bom plano de alfabetização para essa criança, acompanhar, avaliar precocemente. Ir além e garantir que as crianças cujo processo não foi bem-sucedido se recuperem e não fracassem. O que importa é que elas não fracassem.

**AG:** Há uma discussão enorme sobre métodos de alfabetização. Claro que se discute muito sobre método em toda a Educação, mas na alfabetização essa guerra parece ser mais frequente e não está superada. Deve haver uma política pública para estabelecer um método? Qual seria o melhor método para alfabetizar as crianças?

**NF:** Essa pergunta é complicada mesmo. Eu diria o seguinte: qualquer método funciona desde que o professor esteja preparado para usá-lo, que haja um material didático adequado e a criança esteja acompanhada. Eu acho que essa disputa entre os métodos fônicos e os métodos globais<sup>1</sup> pode ter um sentido acadêmico, mas na prática ela não se prova como uma discussão importante. Há 6, 7 anos, fizemos um experimento controlado no Rio Grande do Sul

---

1. Resumidamente, o método fônico prioriza a associação entre grafemas e fonemas, ou seja, enfatiza que o aluno deve aprender a associar letras e sons, e faz uso de textos produzidos especificamente para a alfabetização. O método global, muito associado à teoria construtivista no Brasil, sugere que a aprendizagem aconteça a partir da identificação visual de palavras. Em geral, professores que fazem uso desse método preferem trabalhar com textos reais, que já façam parte do universo infantil, sem recorrer a cartilhas criadas para alfabetização.

usando três métodos distintos de alfabetização. Tínhamos uma amostra relativamente significativa de cada método, sendo que as escolas podiam escolher aquele com o qual se identificavam mais. O que o estudo mostrou? Que todos funcionaram. Houve 80% de crianças alfabetizadas nos três. Ou seja, não havia diferença significativa a favor de um ou de outro. Os três métodos tinham material didático adequado, e houve capacitação para o professor, além de supervisão nas salas de aula. Isso prova o seguinte: com esses três elementos, qualquer método vai funcionar. O que não pode é jogar o professor sozinho numa classe sem nenhum apoio. Ele deve ser treinado, ter material didático que o deixe confortável e receber supervisão. A criança precisa ser avaliada, não necessariamente por meio de prova. Ela pode ser observada enquanto faz suas lições e trabalha em grupo. Isso resolve.

**AG:** Gostaria de refletir agora sobre a avaliação. A primeira experiência global nacional de avaliação foi a Provinha Brasil, mais um instrumento de diagnóstico para as escolas. Depois tivemos a prova ABC, iniciativa do movimento Todos Pela Educação, e agora existe um instrumento oficial, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). É importante avaliar o estágio dessa meta fixada pelo PNE. Como fazer para que a avaliação se torne um instrumento de diagnóstico, uma ferramenta para mudar a prática da sala de aula e corrigir problemas para o professor?

**NF:** É preciso garantir que o professor tenha uma devolutiva, ou seja, uma tradução pedagógica dessa avaliação. Garantir que chegue a ele de maneira clara, concisa, o que as crianças da turma dele não aprenderam, o que faltou. A assistência técnica tem que chegar aos locais onde não há sucesso na aprendizagem. Não podemos mais permitir que, com tanto diagnóstico, não haja um tratamento adequado. Eu acho que a ANA, aplicada a cada ano justamente para cumprir o que foi previsto no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), deve chegar à escola. Há diagnóstico. É preciso foco para que não haja fracasso.

**AG:** De que forma o resultado chegará à escola? Em termos práticos, será enviado um documento do MEC? Virá uma equipe da Secretaria de Educação para discutir caso a caso? Como fazer para que isso seja entendido pelo professor e se transforme em novas práticas?

**NF:** Deve chegar um boletim, uma descrição das aprendizagens identificadas em cada criança daquela turma. Deve-se ir além. Há um esforço do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para transformar isso em um programa aberto de Educação a Distância (EAD), oferecendo a possibilidade de o professor se conectar e ver os resultados. Outros meios também são válidos, como fazer pequenos filmes, divulgar na grande imprensa quais níveis de alfabetização são esperados. A própria família pode ser envolvida: um pai pode entregar um texto veiculado pela imprensa para ver se seu filho consegue ler. Tem que haver uma mobilização nacional. Eu adoraria fazer um programa para as famílias numa rede aberta. “Seu filho está alfabetizado? Ele é capaz de ler esse texto? Ele escreve um pequeno bilhete para se comunicar com você? Veja em que nível ele está, vá à escola dele, procure o professor.” Eu acho que temos que fazer uma mobilização. Vamos conseguir.



# Educação em tempo integral

Oferecer Educação em tempo integral em no mínimo 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica.

## ENTREVISTA DE PATRÍCIA MOTA GUEDES

*Mestre em administração pública pela Universidade de Massachusetts (EUA) e em políticas públicas pela Universidade de Princeton (EUA), é gerente de Educação da Fundação Itaú Social.*

**ANTÔNIO GOIS (AG):** A meta 6, de oferecer Educação em tempo integral, é uma das mais caras. Ampliar a jornada atual de 4 ou 5 horas para uma jornada de 7 horas diárias para 25% dos alunos custa dinheiro, demanda mais espaço, mais tempo, mais professor. É também uma meta de alto risco: há vários projetos malsucedidos. Em muitos casos, ampliou-se a jornada, gastou-se mais dinheiro e isso não se refletiu no aprendizado. Vale a pena apostar nessa meta? O custo-benefício compensa?

**PATRÍCIA MOTA GUEDES (PG):** Certamente vale a pena! Será uma estratégia essencial para alavancarmos os resultados da Educação no Brasil, inclusive resultados relacionados às outras metas do PNE. É preciso pensar na questão de custos, nos investimentos. E não é qualquer ampliação de tempo que vai dar os resultados necessários. Porém, sem a oferta de Educação Integral, não haverá a tão almejada melhoria da Educação para todos.

**AG:** Que tipo de Educação Integral vai funcionar na prática em sala de aula? Porque há exemplos no Brasil de iniciativas que deram certo, mas há também relatos de experiências que foram desconti-



nuadas sem provar a que vieram. Gastou-se dinheiro e não houve o efeito desejado. O que funciona?

**PG:** Há estudos, avaliações e experiências, dentro e fora do Brasil, que mostram que uma Educação Integral com qualidade, de resultados, precisa se apoiar em um tripé. O primeiro elemento é a ampliação de tempo. Não tem jeito. No nosso País, a média de horas de exposição de uma criança ou jovem à aprendizagem é muito baixa. Quatro horas numa escola é muito pouco. As médias internacionais chegam a 6, 7 horas diárias, o que é considerado adequado. Portanto, ampliação de tempo aqui é importante, seja para a escola pública ou particular. Para a escola pública, onde faltam opções de complementação, isso ainda é mais urgente. O que a família de um aluno de classe média ou alta que estuda em uma escola particular de 4 ou 5 horas costuma fazer? Complementa com curso de inglês, dança, esportes, viagens, museus, passeios culturais, até aula de reforço. A ampliação de tempo é um elemento importantíssimo, mas a escola sozinha não vai dar conta. Então o tripé da Educação Integral precisa incluir a ampliação dos tipos de aprendizagem. Ou seja, não se pode oferecer mais do mesmo, não é só dobrar a carga de matemática e as horas de português. Educação Integral é diversificar o currículo de diferentes formas, seja no Ensino Médio, seja no final do Ensino Fundamental. Há muita experiência mostrando como é importante para o jovem do Ensino Médio pensar em atividades que envolvam circulação na cidade, parceria ou inserção, uma exploração do mercado de trabalho. É fundamental haver experiências com estágios ou matérias eletivas. Mesmo do 6º ao 9º ano, a diversificação do currículo é essencial; nas séries iniciais também. É muito importante variar os tipos de aprendizagem pensando no currículo. O terceiro elemento é a ampliação dos espaços de aprendizagem. Por quê? As evidências mostram que a escola sozinha não dá conta de toda a exposição de aprendizagem de que uma criança ou um jovem precisa para uma formação plena. Por melhor que essa escola seja, a Educação Integral vai precisar de outros espaços. Hoje, o Brasil tem uma riqueza incrível de organizações sociais que oferecem atividades. Muitas dessas organizações fazem parcerias com as escolas. Outras, não. Dá para imagi-

nar melhor aproveitamento dos próprios equipamentos públicos da cidade. Deve-se pensar na escola com um papel estratégico, mas não se pode deixá-la sozinha. Mesmo países que já adotaram as 7 horas diárias viram que, para reduzir a desigualdade, é preciso também ampliar os espaços e os tipos de aprendizagem que são ofertados.

**AG:** Recentemente, o canal de TV Futura exibiu uma série de programas sobre Educação Integral, com a opinião de especialistas e alunos que tratava justamente dessa necessidade. Alguns alunos rejeitavam a ideia de passar mais tempo na escola. Ou seja, o simples aumento na carga horária poderia estimular a evasão. Pensando nisso, não se deveria primeiro reformular o currículo para depois pensar na Educação Integral?

**PG:** Quando se trata da oferta de Educação Integral, não dá para só pensar em um passo. São necessários vários, quase como uma dança. É importante refletir sobre a ampliação do tempo enquanto que se discute quais serão as novas atividades. Muitas vezes, uma rede pública ou uma escola não pode esperar por uma definição de currículo. Então, enquanto o currículo está sendo analisado, é importante pensar na proposta pedagógica, dentro do que é possível ofertar e das atividades que os professores e os outros profissionais envolvidos estão planejando. A escola integral será só um punhado de atividades pulverizadas, descontraídas? Ou a equipe está planejando o processo de forma que aquela oficina de teatro, por exemplo, tenha conexões com o que o aluno está aprendendo sobre estilo ou gênero literário em língua portuguesa? Temos acompanhado experiências incríveis ligando matemática não somente ao xadrez, que é mais o óbvio, mas à dança, ao esporte. Em resumo, é preciso haver flexibilidade e uma proposta bem articulada entre os diferentes profissionais. É importante criar espaços para atividades eletivas, de modo que os alunos possam escolher um pouco do que querem fazer. Isso não somente para alunos de Ensino Médio, mas também para os do Ensino Fundamental.

**AG:** Pensando um pouco no papel do governo, a professora de história da rede estadual do Rio de Janeiro e coordenadora-geral do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe), Marta Moraes, faz uma colocação e uma pergunta, que se segue.

**MARTA MORAES:** A minha questão é sobre Educação Integral, algo muito caro para os profissionais da Educação. Eu gostaria de saber qual é o planejamento do governo visando a essa Educação Integral, uma vez que não basta apenas manter o aluno mais tempo na escola, sem investimento, sem infraestrutura, sem formação. Como o governo buscará implementar o que está previsto no PNE?

**PG:** A própria pergunta da professora já traz alguns pontos para a resposta. Primeiramente, é preciso reforçar a necessidade de não deixar a escola sozinha. É claro que há experiências de escolas que, sozinhas, conseguem se recriar, se reinventar e oferecer uma Educação Integral. Fazem parcerias na comunidade, e os jovens alunos têm projetos, são protagonistas. É preciso pensar, porém, que há milhões de alunos no Brasil. Não se pode deixar cada escola tentando, com os seus próprios recursos, realizar essa oferta de Educação Integral. Se há uma meta que fala de Educação Integral no PNE, ela pressupõe esforços de políticas públicas em diferentes níveis de governo. Nosso País é um sistema federativo. Há políticas públicas, inclusive no nível de financiamento de recursos, que estão no nível do governo federal. O Programa Mais Educação é uma iniciativa do governo federal que ajudou sobretudo pequenos municípios a introduzirem a oferta de Educação Integral. É importante, porém, que os governos municipais e estaduais apoiem as escolas em áreas que a própria professora mencionou, como planejamento, diagnóstico da rede, o que já existe de oferta de Educação Integral, o que priorizar. Por exemplo, terão preferência as comunidades mais vulneráveis, aqueles alunos e escolas que mais precisam de apoio? A Educação Integral traz à tona a questão de infraestrutura da escola e de todo o entorno. Se a escola ainda não tem infraestrutura, as parcerias do entorno têm? Existem experiências no Brasil que mostram ser possível a realização de atividades fora do espaço da escola, em parceria com organizações. Isso é possível mesmo sem a superescola. A professora cita a questão de investimento. É um ponto importante, porque estamos falando em investir em profissionais. Não se trata apenas de estrutura física, mas também de recursos humanos, da contratação de professores, monitores e educadores. Por fim, ela trouxe a questão da formação. Não se pode apenas decretar uma política pública,

colocar uma meta e deixar os profissionais sozinhos, sem formação inicial e continuada voltada para a prática. É preciso planejar como será feita a Educação Integral na prática, no dia a dia.

**AG:** Como se daria essa formação, levando-se em conta que há novos professores entrando e há aqueles que estão aí, acostumados com modelos antigos de escola de 4 horas, que dão aula em várias escolas?

**PG:** Na formação inicial, a gente tem muito a avançar. Hoje, já é possível ver um movimento nas universidades, sobretudo públicas, de alguns docentes e grupos de pesquisa que começam a abordar a Educação Integral no currículo da formação inicial do professor. Já se veem esforços na formação continuada. A próxima fronteira, acredito, deve incluir um foco maior na prática.



# Melhorar as médias nas avaliações

Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir, em 2021, as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 5,5 nos Anos Finais do Ensino Fundamental; 5,2 no Ensino Médio.

## ENTREVISTA DE REYNALDO FERNANDES

*Doutor em economia pela Universidade de São Paulo (USP), é ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.*

**ANTÔNIO GOIS (AG):** O senhor estava à frente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) quando foi criado o Ideb, em 2007. Naquele momento, vocês previram melhoria nos Anos Iniciais de Ensino, o que de fato houve, mas também achavam que essa melhoria teria se estendido ao Ensino Médio. Estamos em 2015, quando deveria haver uma aceleração das metas. Como, depois desse tempo todo, o senhor reavaliaria essas metas? O que frustrou, o que andou como planejado e o que superou as expectativas?

**REYNALDO FERNANDES (RF):** As metas tinham um objetivo claro, atingir a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) até 2022. Evidentemente, ninguém da OCDE faz a Prova Brasil, mas a base partiu do Pisa. Simulou-se, aproximadamente, qual seria a nota correspondente na Prova Brasil que daria a média do Pisa. Era claro que as metas eram muito apertadas, bastante difíceis.

**AG:** As metas eram atingir, até 2021, o nível 6 no início do Ensino Fundamental, 5,5 nos Anos Finais do Ensino Fundamental e 5,2 no Ensino Médio até 2021?

**RF:** Sim, era essa a ideia. Esperávamos um crescimento mais rápido no início. Isso aconteceu aqui e acontece em outros países ao se adotar esse sistema de metas. Quando as primeiras metas foram atingidas, logo se falou que estavam fáceis. Eu sempre disse que as metas não são fáceis. Vou, então, fazer o meu balanço. Esperávamos, primeiro, um crescimento nas séries iniciais, o que de fato ocorreu. Esse crescimento foi até maior do que eu esperava. Contávamos que, quatro anos depois, essa onda chegaria à segunda fase do Ensino Fundamental e três anos mais tarde ao Ensino Médio. Essa segunda onda não está ocorrendo tão bem. Ou seja, o grande ganho que nós tivemos inicialmente no 5º ano não se deu na mesma intensidade na 8ª série (9º ano) quatro anos depois, nem agora no Ensino Médio, sete anos depois.

**AG:** O que explica isso?

**RF:** Quando a gente olha as avaliações, a escala vai subindo mais nas séries iniciais e depois cresce menos nas séries finais. Isso também acontece nos Estados Unidos. Ou seja, da 1ª série deles para a 2ª cresce bastante, porém cresce muito pouco nas séries finais em matérias como matemática e leitura. Precisamos tentar entender por que esse aumento não ocorre nas séries finais. Talvez seja mais fácil obter melhores resultados com leitura e aritmética básica que são ensinadas nas séries iniciais. Nas séries mais avançadas e no Ensino Médio, essas disciplinas naturalmente ficam mais difíceis, mais complexas.

**AG:** Apesar de os indicadores serem mais baixos no Ensino Médio, já se nota uma piora também nos indicadores finais do Ensino Fundamental. Quais estratégias, até no âmbito do PNE, o senhor considera importante traçar para que se corrija a rota já a partir do 2º ciclo?

**RF:** Não é que haja uma piora. Os indicadores têm aumentado, mas o crescimento é mais lento. Então nós temos que entender: é mais difícil mesmo. Pode ser apenas natural obter ganhos maiores em pontos mais básicos, e mais difícil adiante. A escola muda, a qualidade do professor é outra, o ensino de matemática já é bem mais

sofisticado. Os alunos vão ficando mais velhos. No Ensino Médio há certa dificuldade de manter os alunos na escola. Muitos saem, não trabalham e não estudam: são os nem-nem. Ou seja, a situação começa a ficar mais complexa. Aquela ideia de que, após se dar uma base inicial, a coisa por si só vai melhorando não tem se verificado. Assim, é preciso dar uma atenção maior para as séries finais do Ensino Fundamental e também para o Ensino Médio. Eu acredito que o grande gargalo hoje seja a segunda fase do Fundamental. O principal previsor de evasão no Ensino Médio é o atraso no Ensino Fundamental. É pouco provável a evasão do aluno que chega ao Ensino Médio sem atraso, mesmo que com desempenho mediano. Demos um salto na primeira fase do Ensino Fundamental, e hoje eu centraria fogo na segunda fase.

**AG:** Pensando no sentido da avaliação de forma mais ampla, o professor de sociologia do Colégio Pedro II (Rio de Janeiro), Pedro Casis, faz uma ponderação.

**PEDRO CASIS:** Eu gostaria de colocar uma questão sobre as formas de avaliação dos alunos. Dentro do PNE parece-me não haver um esforço para repensar as formas de avaliação atuais, como a Prova Brasil. Vê-se atualmente uma grande corrida para atingir certas notas nesses índices que pouco correspondem, muitas vezes, a um progresso no sentido pedagógico dos alunos.

**AG:** Então, para que avaliar? Essa avaliação reflete o que se espera que aconteça na escola? Ela reflete realmente o trabalho do professor?

**RF:** A avaliação é um dos grandes avanços da Educação brasileira. É muito difícil julgar qualquer programa quando não se sabe os resultados dele. Antes, tudo que a gente sabia sobre os resultados da escola vinha do fluxo dos alunos, se eles passavam de ano, se eles se formavam e tal. Não se sabia nada sobre conteúdo. Essas avaliações trouxeram um pouco disso. Elas são imperfeitas, são incompletas. Vejo vários problemas. Primeiro, de escopo. Para a primeira fase do Fundamental, avaliar leitura e matemática é até razoável. Nas fases mais avançadas, acho que não. A questão de ciências é fundamental, bem como a questão de humanidades. Temos que fazer essa junção com o Enem, que na verdade já tem um pouco disso. É preciso aumentar o escopo da Prova Brasil, do Ideb nas



fases finais do Ensino Fundamental. Agora, no que elas avaliam, avaliam bem. Ou seja, são provas bem-feitas, geralmente melhores do que as provas produzidas nas escolas, bem trabalhadas, elaboradas por especialistas, bem cuidadas. Creio ser uma avaliação importante. Como a avaliação tem um lado de orientar um pouco o currículo das escolas ou o que elas oferecem, é preciso rediscutir sempre se a avaliação está sinalizando o que gostaríamos.

**AG:** Já que estamos falando da importância de sinalizar para as escolas o que é necessário ensinar, há muitas críticas de que a avaliação surge antes de haver um currículo claro. A primeira estratégia para a meta 7 é justamente discutir diretrizes pedagógicas, discutir currículo. Essa discussão de currículo, na sua opinião, é realmente fundamental? Até mesmo para que as avaliações casem com o que se espera que os alunos aprendam de forma clara. Ou é uma discussão secundária?

**RF:** Há muita confusão nessa discussão. Existem dois tipos de avaliação: a avaliação currículo-orientada, na qual há um currículo e a prova é feita em cima dele, e aquela baseada em competências finais. Por exemplo, a melhor avaliação do mundo é o Pisa, mas a ONU não preparou nenhum currículo mundial para que ela pudesse ser aplicada. E ela é uma excelente avaliação. A ONU faz uma avaliação baseada em competências que considera importante ter ao final da escolaridade básica. Eu acho perfeito. A matriz de uma avaliação é menor do que o currículo. Então, a ideia de que só se pode fazer avaliação depois de haver um currículo não é necessariamente verdadeira; não é assim no Brasil, não é assim em vários lugares do mundo e não é assim no Pisa, a maior e talvez a melhor avaliação que eu conheço. Agora, o que tem acontecido é que muitos países, inclusive a Suécia, usam o Pisa para discutir seus currículos. Eu prefiro fazer a discussão de trás para frente. É até melhor discutir o currículo a partir do resultado das provas que avaliam as competências e habilidades necessárias ao final do ciclo escolar. Ao final do Ensino Médio, pode-se retroceder um pouco para enxergar quais são as competências e habilidades no final do Ensino Fundamental e assim por diante. É muito mais fácil, tem menos coisa para ser acordada. Depois disso, vamos discutir currículo. Essa discussão que se coloca hoje é válida, mas não se pode exage-

rar com o argumento de que “só se pode fazer a avaliação se houver currículo, e se não tiver currículo tudo está perdido”. Na verdade, o Brasil já teve currículos bastante centralizados, e a Educação não era boa por causa disso. Na Educação Superior nós temos, e ela não é boa por causa disso. Então, vejo certo exagero na questão dessa discussão de currículo. É importante, mas às vezes aparece como fator que vai resolver tudo. Eu não acho que o problema da Educação seja esse.



# Doze anos na escola

Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## ENTREVISTA DE ANDRÉ LÁZARO

*Doutor em comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-RJ), é professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e coordenador do programa Políticas de Educação Superior da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). Foi secretário de Diversidade do MEC.*

**ANTÔNIO GOIS (AG):** Em várias metas do PNE, a questão da desigualdade é tratada apenas em suas estratégias. Não é o caso da meta 8, cujo objetivo é focado na desigualdade. A meta visa reduzir a desigualdade em populações específicas. O senhor foi secretário de Diversidade do MEC. Com base em sua experiência, quais estratégias são necessárias para se chegar a essa população? Se houver políticas universais, essas populações serão atingidas? Ou são necessárias também políticas específicas?

**ANDRÉ LÁZARO (AL):** Eu tive a alegria de propor essa meta ao ministro Fernando Haddad, com a equipe do MEC, à época em que ele ocupava o ministério. O que nós aprendemos e temos aprendido em Educação é que universal e focado combinam-se, não se excluem. É preciso ter uma ação específica. As metas 2, 3 e 4 são universais e falam de proporções de resultados. Os grupos citados na meta 8, a população do campo, a população mais pobre, a negra, a do Nordeste, conseguem no máximo ganhar um

pouco mais de velocidade na aquisição de anos de escolaridade, mas não reduzem de maneira significativa o *gap*, a diferença que há em relação aos grupos mais favorecidos. No caso dos negros, comparados ao não negros, a tendência de aproximação é muito lenta ainda. Se essas diferenças não forem focalizadas, não se alcançam as metas de universalização. Tem que ser combinado, não tem que ser excludente. Se não houver uma atenção específica para a população do campo, por exemplo, ela não vai aderir à escola. É preciso atentar para a sua singularidade geográfica, seu tipo de conhecimento, o material didático a ser usado. A escola tem que ser pertinente, e para isso o traço cultural do grupo deve ser reconhecido.

**AG:** Todas as metas diferenciadas para cada grupo são viáveis? Onde o esforço terá que ser maior? Dado o nosso ritmo atual, vamos alcançá-las?

**AL:** Com o ritmo atual, não se alcançam os 12 anos de estudo nem para a população em geral. Mantida a curva que temos hoje, chegaremos a 11 anos e alguns meses, não a 12. É interessante observar que esses grupos têm grande interseção, ou seja, a maior parte dos 25% mais pobres é negra, a maior parte dos mais pobres está no campo, parte deles está no Nordeste. Então, a meta diz: “Os grupos mais desfavorecidos precisam ser acompanhados para que todos ganhem”. Não se alcançarão as demais metas se esses grupos não forem incluídos. Essa meta alerta para dois problemas interessantes. Um é: qual a situação da juventude hoje? Segundo: qual é a situação dessa geração que será a juventude daqui a dez anos? A meta tem o mérito de reconhecer a diferença e apontar para o grupo dos jovens de 18 a 29 anos. No intervalo entre 2008 e 2030, haverá a maior geração de juventude da história do Brasil. Nesse período haverá em torno de 50 milhões de jovens de 15 a 17 anos. É preciso atendê-los agora para que, no futuro, cumpram esses 12 anos de escolaridade e possam ter acesso a emprego, a participação social responsável, possam cuidar de suas vidas e de suas famílias. Sem isso, não será dado o salto que o bônus demográfico nos permitirá dar. Depois, a proporção de jovens e de trabalhadores começa a declinar, e a de idosos e crianças que devem ser atendidos pela sociedade aumenta muito. Portanto, é a nossa chance. Essa meta

é uma bandeira de alerta para observar o que acontece hoje com a juventude, de modo que os jovens que vêm chegando não repitam o que nós percebemos hoje como obstáculos.

**AG:** Um dos artigos da maleta “Por que Pobreza? Educação e Desigualdade”, iniciativa do Canal Futura, mostrava que as escolas que as crianças mais pobres frequentam são aquelas em piores condições. É claro que esse problema não diz respeito só a essa meta, é um grande plano, mas o que é preciso fazer para resolvê-lo? É uma questão de recursos?

**AL:** Nos últimos dez anos, acompanhei de perto o debate educacional brasileiro. Nesse período, revelaram-se problemas muito graves, mas que estavam escondidos. Não se resolve um problema que não se conhece. Hoje há melhores condições de conhecer. Um obstáculo muito grande, a meu ver, é a questão do regime de colaboração. O Brasil é um País muito complexo, com 5.700 municípios. Em geral, o Ensino Fundamental (principalmente os Anos Iniciais) e a Educação Infantil ficam sob responsabilidade desses municípios, e é aí que estão as escolas em piores condições. Hoje temos mais consciência. É preciso haver mais recurso e mais gestão. Eu às vezes ouço dizer, com muito susto e apreensão, que o Brasil não precisa de recursos para Educação. Isso é um equívoco. O Brasil não gasta a metade do que a OCDE gasta por aluno, em média. Ainda estamos numa etapa muito inicial da consciência social sobre a Educação, e isso tem que ser compreendido. É preciso monitoramento da sociedade, não adianta. Apesar de o poder público e a sociedade terem feito melhoria no financiamento educacional, as matrículas caem de maneira expressiva, algo em torno de 20% nos últimos 6, 7 anos. Será que a sociedade compreendeu o sentido do direito à Educação e está disposta a sustentar esse direito? Quando o Congresso brasileiro aprova 10% do PIB para Educação, eu entendo que é um sinal de que a sociedade quer, sim, colocar recurso nessa área. É condição necessária e imprescindível, mas não suficiente. Se não focalizarmos, por exemplo, nos grupos desfavorecidos, se olharmos para a Educação apenas como uma preparação para o mercado de trabalho imediato, não alcançaremos as metas. Em relação às escolas mais pobres, é preciso estreitar o regime de colaboração, tanto vertical, entre União,

estados e municípios, quanto horizontal, entre municípios, por exemplo, para que se dê suporte a essas escolas. Nos últimos dez anos tem havido o fechamento de escolas do campo. É uma coisa de que as pessoas não se dão conta. O MEC criou um programa muito interessante, chamado Caminho da Escola, que financia a compra de ônibus escolares. Um trabalho grande do então ministro Fernando Haddad, do secretário executivo Henrique Paim e do BNDES. Foi muito consistente do ponto de vista técnico e de financiamento. Quando se financiou esse ônibus escolar, mais escolas no campo fecharam. Uma coisa que era para apoiar o campo, acabou desfavorecendo-o. Então, é preciso muito zelo na política para que uma medida como essa, de criar um transporte escolar adequado, não tenha como consequência levar as crianças para a cidade, onde elas não se sentem ambientadas e seus valores não são respeitados. São delicadezas que a política tem que ter. E como saber? Dialogando com os movimentos sociais do campo, com o movimento social negro. Não se faz Educação sem diálogo social. Esse foi o grande aprendizado que tivemos. A meta 8 chama a atenção para isso. É preciso ouvir os grupos que são sujeitos de direito.

**AG:** Essa meta, especificamente, trata muito mais da questão quantitativa. Existe, também, um desafio de qualidade. Nesse sentido, vamos ouvir a pergunta do professor Ricardo Vieira, do Rio de Janeiro.

**RICARDO VIEIRA:** Como saber se os alunos no Ensino Médio foram aprovados com qualidade?

**AL:** A pergunta sobre qualidade é muito oportuna. O que nós temos percebido, pelo Saeb e pelo Enem, é que de fato o nosso Ensino Médio está muito precário. Sabemos também que o fator de mais impacto no aprendizado das crianças é a escolaridade dos pais. Estamos melhorando bastante a qualificação da nossa juventude, mas podemos e devemos melhorar muito mais – 84% dos jovens de 15 a 17 anos estão na escola. A Educação Superior está dando um salto importante. Programas como o Prouni, o Fies, o programa de expansão da rede federal Reuni e as universidades estaduais estão permitindo o acesso de alunos mais pobres e conseguindo melhorar a Educação Superior. O IBGE acaba de divulgar um resultado muito importante: os 20% mais ricos da população já não

são mais maioria na rede pública e na rede particular de Educação Superior. Estamos melhorando a escolaridade da população, o que significa que a juventude que vem vindo terá pais mais atentos à sua escolarização. Isso é importante. Há um conjunto de indicadores de qualidade, como a Prova Brasil, a ANA e o Enem, que mostram ao menos o estágio de aprendizagem. Há uma estagnação importante no Ensino Médio, mas o novo Ministério da Educação está atento a esse ponto. A pergunta do professor Ricardo coloca o dedo numa ferida importante, mas eu sou dos que acreditam que a escola pode se renovar e responder a esse desafio. Falar sobre a qualidade do ensino é oportuno e chama a atenção para que se valorizem processos em curso para a superação desse desafio. Nenhum país resolveu isso de forma simples. O Brasil ainda tem um número expressivo de jovens adultos de baixa escolaridade para quem a escola foi um fracasso, uma experiência de frustração. Os pais tendem a achar que a criança foi à escola e aprendeu. A gente descobriu que não é assim, porque a escolaridade das crianças tem a ver com a dos pais.





# Combate ao analfabetismo

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

## ENTREVISTA DE WANDA ENGEL

*Doutora em Educação pela PUC-RJ e ex-ministra da Assistência Social no governo Fernando Henrique Cardoso, é diretora do Instituto Synergos, responsável pela consultoria estratégica do Pacto pela Educação do Pará.*

**ANTÔNIO GOIS (AG):** A meta 9 trata de duas questões: o analfabetismo adulto e o analfabetismo funcional. Claro que elas são correlacionadas, mas exigem estratégias diferentes. Falemos primeiro de analfabetismo adulto. O site Observatório do PNE, do movimento Todos Pela Educação, mostra que temos hoje 9% de adultos analfabetos. A meta é erradicar esse quadro até o fim do plano, em 2024. As pessoas muito idosas são o principal desafio. O analfabetismo adulto está concentrado entre os mais velhos, e é gente que é difícil levar novamente para a sala de aula. Faz sentido realizarmos um esforço brutal para erradicar o analfabetismo de uma população que já não está mais tão inserida no mercado de trabalho?

**WANDA ENGEL (WE):** Definir prioridades é sempre muito difícil, mas é possível definir foco. Considero que o foco são crianças e jovens que estão na escola hoje, os que estão abandonando a escola – no caso da juventude – ou os que estão deixando de aprender – no caso de algumas crianças e de jovens. Por outro lado, há

uma população que, de alguma forma, tem muita importância na Educação de crianças e jovens. Na verdade, uma família funciona mais ou menos como uma comunidade educativa. Uma família em que as pessoas têm o mínimo de Educação, têm o mínimo de instrumento – que, nesse caso, é saber ler e escrever – incentiva as novas gerações a permanecer na escola, a valorizar a escola e a se dar melhor nela. Todos os dados mostram que a falta de escolaridade da mãe se reflete em problemas na vida escolar dos filhos, como reprovação, evasão etc. É bom lembrar que a expectativa de vida está aumentando cada vez mais. Assim, mesmo sendo velhos, entre aspas, de 60 anos, talvez tenham ainda 30 anos pela frente – não são tão velhos assim. Então, tirá-los do analfabetismo seria muito importante para eles próprios e para que façam parte de uma família educativa.

**AG:** Agora tratemos da questão do analfabetismo funcional. Entre os jovens adultos que já saíram da escola, o Instituto Paulo Montenegro estima que haja 27% de jovens analfabetos funcionais no País. Ou seja, são alfabetizados de forma muito rudimentar, despreparados para os desafios da vida e do mercado de trabalho. O percentual de analfabetos funcionais é muito maior do que o do analfabetismo adulto. Aparentemente, estamos produzindo analfabetos funcionais. Os últimos dados do Todos Pela Educação indicam que 27% dos jovens terminam o Ensino Médio sem o aprendizado adequado do português. Então, como fazer para, ao mesmo tempo, fechar a torneira e resolver o problema mais adiante?

**WE:** É curioso que o percentual seja o mesmo, 27%. Eu acho que existe, hoje, um foco importante de política na alfabetização. Há o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que está atacando o problema em sua raiz. Quer dizer, se este País conseguir que até os 8 anos de idade todas as crianças tenham um nível de alfabetização adequado, ou seja, não sejam analfabetas funcionais, aí está-se fechando a torneira. Mas há um passivo enorme de jovens, e esses são justamente aqueles que vão repetir, abandonar a escola e engrossar o enorme grupo de milhões de jovens nem-nem, que nem estudam nem trabalham. São 7 milhões de jovens de 17 a 24 anos e 2 milhões de 15 a 17. É esse grupo que origina o analfabetismo funcional. Então, é muito importante que haja políticas para

não deixar o problema de analfabetismo seguir adiante. Pode-se adotar uma prova, como era a de admissão, que no 5º ano do Ensino Fundamental não deixava um analfabeto funcional prosseguir. Chegou ao 9º do Fundamental com diagnóstico de analfabetismo funcional? Então não deixa ir para o Ensino Médio. Deve haver políticas voltadas para essa questão. Hoje, os índices de reprovação são altíssimos neste País. Mas eu não creio que essas reprovações estejam ligadas ao analfabetismo funcional. É muito comum um menino bagunceiro ser reprovado, mas falta uma reprovação com responsabilidade. O que seria uma reprovação com responsabilidade? Não deixar seguir um aluno que não tem os pré-requisitos necessários para a etapa seguinte. Se nós cumprirmos essa prerrogativa da reprovação, o analfabetismo funcional, tanto do início quanto do estoque, será tratado.

**AG:** O que fazer com esses jovens e adultos que já estão trabalhando, provavelmente de forma precária, e que precisam voltar para a escola e estudar para enfrentar os desafios que ainda virão pela frente na sua vida, na sua trajetória?

**WE:** Há o problema dos que não estão trabalhando. Há aqueles que estão trabalhando de forma precária, em subemprego, desempregados ou no mercado marginal. Não são poucos. É preciso haver uma política especificamente voltada para esses jovens, que os atraia para voltar à escola. O número dos que conjugam trabalho e escola é baixo. A maioria está trabalhando ou está estudando, ou nem trabalha nem estuda. Há um grupo enorme dos que não estão ainda na escola ou que já a abandonaram. Desde 2009 existe uma lei obrigando jovens de 15 a 17 anos a estar na escola. Há dois problemas. O primeiro é a falta de vagas, principalmente no Ensino Médio. Há estados, como o Pará, em que faltam mais de 10 mil vagas. O segundo é a necessidade de aumentar a demanda. Deveria haver campanhas para dizer que estudar vale a pena e incentivar a volta à escola. Uma ideia seria adotar o mesmo sistema de Conselhos Tutelares, que responsabiliza as famílias quando crianças de 7 a 14 anos não estão na escola. A Nação tinha que ter como objetivo garantir que todos os jovens até 17 anos estejam na escola. Claro que há os que já estão fora, já estão trabalhando. Mais uma vez, a questão da parceria é importante. Para

o empregador, um analfabeto funcional é uma coisa horrorosa, porque ele não sabe ler instruções. Um passo importante poderia ser a criação de parcerias público-privadas, entre empresas, fornecedores e sistemas públicos, para oferecer esse atendimento, às vezes nas próprias empresas, com profissionais oriundos do sistema público. A parceria poderia ser uma forma de, dentro do espaço de trabalho, mas formalmente reconhecida pelo Estado, haver uma correção de analfabetismo entre aqueles que já estão no mercado de trabalho.

**AG:** A parceria público-privada poderia ser realmente importante. Se essa Educação não se der no espaço da empresa, imagine uma pessoa já com filhos, indo para uma escola noturna, voltando para um banco escolar, correndo o risco de ser expulsa novamente. Isso pode ser um desafio. Você sente que as empresas estão dispostas a dar esse passo e constituir uma parceria?

**WE:** Nos últimos tempos, tenho feito contato com empresas que têm muito interesse na área de Educação. Quer dizer, se você for ver o número de fundações e institutos que surgiram na última década, é impressionante. Todo mundo quer colaborar. Mas às vezes a empresa não sabe exatamente como. Pensa que colaboração é só investimento social em algum programa de alguma organização, quando o problema está lá com ela. Há empresas que gastam um dinheirão em capacitação. Algumas, inclusive, criam as próprias universidades. Se usassem parte desse dinheiro oferecendo o mínimo da capacidade de ler, escrever e interpretar aos seus recursos humanos, isso seria economicamente muito importante para essas empresas. Às vezes gasta-se muito mais para corrigir as consequências disso. Deveria haver uma grande conscientização dos pais dos alunos sobre o valor da Educação, sobre como contribuir. Esses pais são colaboradores dessas empresas. Ou seja, se esses sistemas de recursos humanos tivessem programas para instrumentalizar esses pais, eles contribuiriam para a Educação de seus filhos, o que seria de uma valia enorme. Então, a coisa é a seguinte: empresa, olhe para dentro, olhe o que você pode fazer para os seus funcionários, o que você pode fazer pelos filhos dos seus funcionários, antes até de sair em busca de um investimento rentável. Esse é muito rentável, com certeza.

**AG:** A meta é reduzir pela metade o analfabetismo funcional. Victor Figueiredo, professor de língua portuguesa no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, tem uma pergunta exatamente sobre essa questão.

**VICTOR FIGUEIREDO:** Eu queria saber se a melhor meta em relação à alfabetização não seria erradicar totalmente o analfabetismo funcional até o fim da vigência do PNE atual.

**WE:** Concordo perfeitamente. Sem metas ousadas, não haverá estratégias ousadas, não vão existir estratégias criativas. É possível diminuir 50% só investindo em fechar a torneira. Fecha-se a torneira, não se criam novos analfabetos funcionais. Percentualmente vai haver diminuição. Mas é preciso haver estratégias voltadas para esse resíduo.

**AG:** Se há metas ousadas demais, não se corre o risco também de não ser capaz de atingi-las e terminar frustrado?

**WE:** Com certeza. Queremos 85% dos jovens no Ensino Médio. Hoje há 50%. Sabemos que a redução da pobreza se dá com melhoria da Educação, numa Educação de acesso e qualidade. Enfim, eu acho que é preciso ousar.

**AG:** Ainda mais no caso dessa meta. Discutimos metas para o futuro, para o século XXI, e essa é uma meta do passado, do século XIX.

**WE:** Isso. Exatamente.



# Ensino Profissionalizante

Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional.

## ENTREVISTA DE ANA LÚCIA LIMA

*Economista, é diretora executiva do Instituto Paulo Montenegro, entidade sem fins lucrativos cujo objetivo é desenvolver e executar projetos na área de Educação.*

**ANTÔNIO GOIS (AG):** A meta 10, que trata do Ensino Profissionalizante, é bastante ousada. Com base nos dados do *site* Observatório do PNE, do movimento Todos Pela Educação, percebe-se que queremos chegar a 25% de matrículas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) articuladas à Educação Profissional. Hoje em dia, o percentual situa-se entre 1% e 3%, a depender do nível de ensino. Ou seja, parece ser uma meta que tenta introduzir uma cultura que não existe hoje. Na sua opinião, ela é viável ou foi ousada demais?

**ANA LÚCIA LIMA (AL):** Ela é um desafio grande. Não somente do ponto de vista numérico, de estratégia, de tempo que levará para ocorrer, dos desafios de formação dos professores e de modalidades que atraiam e sejam viáveis para o aluno adulto, mas também porque é um desafio conceitual. Há quase uma dicotomia entre a necessidade de se formar um adulto para o trabalho e a necessidade de se formar esse adulto de maneira mais ampla, levando em conta que o trabalho é um desses componentes. Num momento de pressão econômica, de mercado demandante de mão de obra, passa a existir uma tentação de se privilegiar o lado técnico e deixar



de lado a formação mais ampla desse adulto. Isso acaba podendo a possibilidade de ele alcançar futuramente posições melhores e um desenvolvimento pessoal e profissional mais completo. Além de todos os desafios operacionais dessa meta, há um desafio que é quase conceitual, quase ideológico: qual é a finalidade de se formar um adulto que não seja somente utilitarista, no sentido do trabalho? O desafio é as escolas tradicionais abrigarem o componente profissionalizante, e não o contrário. É preciso que não seja um curso técnico apenas profissionalizante, utilitarista e funcional, mas que ofereça um pouquinho de português, um pouquinho de matemática para tapar o buraco dessa formação mais ampla. É duplamente desafiador.

**AG:** Eu gostaria que você explorasse um pouco mais a questão de para que formar, para que tentar vincular a Educação de Jovens e Adultos com a questão profissional. Qual é o objetivo?

**AL:** Há dois ângulos para olhar essa questão. De um lado, é preciso criar uma dimensão que privilegie ou priorize a qualificação da mão de obra. Assim, pensa-se menos numa formação mais ampla, mais cidadã, mais crítica e com mais potencial para um desenvolvimento futuro. Do outro lado, para atrair esse adulto para uma formação mais ampla, é preciso oferecer temas além dos oferecidos no espaço escolar, na medida em que a motivação para ele frequentar a escola é, no fundo, ter a carreira e o trabalho. Por isso a ideia de juntar as duas necessidades. O desafio de articulá-las é bastante complexo, exigindo perfis de profissionais muito diferentes. O pessoal que vem da área de Educação tem um tipo de formação, um tipo de engajamento. O pessoal que vem da área técnica ou da área produtiva tem outra visão. Fazer com que esses dois mundos se encaixem é também um desafio.

**AG:** Nada acontece na sala de aula sem a figura importantíssima do professor. Como formar um professor capaz de fazer esse diálogo?

**AL:** O desenho passa por deixar os conteúdos mais pedagógicos nas mãos do profissional que vem da formação pedagógica e os conteúdos mais técnicos nas mãos de profissionais de mercado. São desafios de trabalho diferentes, até de legislações diferentes. Não se espera que um professor formado em pedagogia consiga praticar as diversas atividades profissionais. Há também o contrá-

rio, ou seja, um determinado professor que conhece muito bem um tema técnico, mas não sabe ensinar aquilo que faz. É preciso, portanto, haver clareza nos objetivos e uma reflexão sobre como fazer o Ensino Profissionalizante. Só então se criarão as condições operacionais práticas para a implantação de um regime como esse. Nesse prazo fixado, e com a falta de foco específico que o tema vem tendo, nós não vamos cumprir essa meta.

**AG:** Talvez seja importante fazer com que esses dois profissionais dialoguem entre si. Parece simples, mas há um risco enorme de colocar um professor e um profissional da área técnica juntos, e eles se revelarem totalmente apartados dentro da sala de aula.

**AL:** Exatamente, e aí o processo de aprendizagem vira meio esquizofrênico. Ou é A ou é B, quando deveria ser uma coisa única. A Educação de adultos é um grande desafio pela sua enorme diversidade. Muitas vezes, quando se fala em Educação de adultos, pensa-se quase em alfabetização de adulto. Imagina-se aquele senhor de mãos calejadas, com a enxada nas costas, que está se alfabetizando. Isso já não é mais o cenário, embora exista também, e para essa população têm que ser oferecidas alternativas viáveis. Mas hoje a Educação de adultos é dominada por jovens de 16, 17, 18 anos que não completaram nem sequer o Ensino Fundamental ou por pessoas de 19 a 29 anos que não conseguiram terminar o Ensino Médio. É muito mais uma EJA urbana, uma EJA metropolitana, com desafios muito diferentes daquilo que está no imaginário inclusive de tomadores de decisão; estes continuam pensando ainda naquela EJA quase que Mobral<sup>1</sup>, vamos dizer assim. Os desafios são outros.

**AG:** A estratégia para atender esse público tem que ser pensada para ele. Vejamos uma pergunta da professora Sônia<sup>2</sup>, do Rio de Janeiro, que trabalha com a nova EJA.

**SÔNIA:** Como o governo pretende alcançar a meta de 25% com programas para Educação de Jovens e Adultos, visto que eles trabalham durante o dia, estudam à noite e não terão tempo nem condições hábeis para frequentar nenhum outro tipo de programa?

---

1. Mobral: Movimento Brasileiro de Alfabetização, criado no regime militar, propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos.

2. Sobrenome não disponível.

**AL:** Os desafios são múltiplos. Que espaço vai abrigar esse estudante? Primeiro, há uma questão de logística pura e simples. Se o curso for além de um curso muito primário, ele requer equipamento, requer materiais para a formação técnica, para a formação profissional. Isso é praticamente impossível de implantar nas várias escolas de uma cidade. As determinações, as implementações das diretrizes educacionais no Brasil estão sempre na autonomia dos estados e municípios. Então, não é uma solução. São 5 mil e tantas soluções. Se por um lado essa descentralização oferece a vantagem de estar alinhada ao contexto local, por outro requer 5 mil pessoas pensando em maneiras de enfrentar um problema. É um desafio importante que só se move a partir de demanda social: a demanda direta do aluno, a demanda do potencial empregador dessa população, e também a demanda da sociedade em geral. Se essa demanda não é vista como prioridade, como algo que faz sentido e vira um anseio daquela comunidade, não vai andar, porque as prioridades são muitas. É mais fácil intuir a necessidade de educar uma criança do que um adulto. Se não houver uma conscientização mais forte, nem sequer os gestores e os profissionais serão motivados a viabilizar uma opção como essa.

**AG:** O setor público e o gestor da Educação são cobrados para oferecer oportunidade a esse público específico que trabalha. Nós não deveríamos cobrar mais para que as empresas não só investissem, mas também flexibilizassem horários para que esse aluno conseguisse conciliar trabalho com estudo?

**AL:** É mais ou menos isso a que eu me referia anteriormente. A sociedade precisa criar as condições, e o empregador é um dos grandes *players* para a criação de condições operacionais que permitirão a uma pessoa frequentar um curso. Eu falo do empregador empresarial e também da patroa de uma empregada doméstica. É preciso haver estímulo, valorização, reconhecimento. As prioridades são “n”, e a tendência é partir para uma formação utilitarista, puramente profissional. Com isso, esquece-se a formação mais geral e limitam-se, de certa maneira, as possibilidades de desenvolvimento futuro desse aluno da EJA, que hoje não é um aluno de 60 anos, e sim de 25. Ao limitar a formação a uma aprendizagem mecânica, funcional, objetiva de uma tarefa, você está cortando

a chance de ele poder, amanhã, seguir para outra carreira que dependa de um Ensino Médio, de uma faculdade, de uma graduação.

**AG:** Vocês, do Instituto Paulo Montenegro, têm uma grande expertise na área de analfabetismo funcional, fazem pesquisas, avaliam a questão. Dado que uma boa parte do público-alvo da Educação de adultos é formada por analfabetos funcionais, como a escola tem que recebê-los?

**AL:** O desafio do adulto que quer continuar se preparando e se desenvolvendo sempre nos fascinou. Desde 2001, nós vimos acompanhando, por meio do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), um cenário positivo, na medida em que a proporção daqueles que têm baixíssimo domínio do letramento e do numeramento vem caindo. Quando começamos a medir, encontramos 12% de analfabetos absolutos na população de 15 a 64 anos. Na última edição, de 2011, o percentual tinha baixado para 6%. Estamos indo a campo agora e acreditamos que esse número terá diminuído um pouco mais. O número de alfabetizados em nível rudimentar também vem caindo. O que não cresce são aqueles que têm pleno domínio das habilidades de leitura. As pessoas estão se deslocando dos níveis mais precários, mais frágeis, e se acomodando no nível básico. Estamos no ponto em que as pessoas, para todos os efeitos, leem e escrevem, mas não o fazem de maneira plena, não dominam totalmente essas habilidades. O desafio atual do EJA é muito mais garantir o domínio pleno do que dar uma condição de alfabetização ao analfabeto. Os alunos do EJA são alfabetizados muito rudimentares ou até alfabetizados em nível básico. No entanto, a falta de domínio das habilidades de letramento os impede de crescer até mesmo nos cursos profissionalizantes que fazem. Com o Inaf, temos buscado chamar a atenção principalmente do mundo empresarial sobre a necessidade de garantir o domínio pleno. Empresas estão gastando fortunas em treinamentos operacionais ou de tarefa, treinamentos de trabalho motivacionais, de gestão. No entanto, os funcionários não conseguem aproveitar tanto essa preparação porque lhes falta o simples letramento para perceber o contexto e continuar se desenvolvendo.



# Aumento das matrículas no Ensino Profissionalizante

Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

## ENTREVISTA DE MÁRCIO GUERRA

*Mestre em economia pela Universidade Católica de Brasília, é gerente de estudos e prospectivas da Confederação Nacional da Indústria (CNI).*

**ANTÔNIO GOIS (AG):** A meta 11 estima triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio e parece ser uma das mais ousadas do PNE. O País está preparado para isso?

**MÁRCIO GUERRA (MG):** O País vem se preparando para isso. Mesmo triplicando as matrículas, o Brasil não se vai se aproximar do que ocorre, por exemplo, na Europa. Embora o País não esteja crescendo tanto, esta é a hora em que se pode planejar melhor e preparar a força de trabalho para o momento seguinte. Deve-se ampliar o número de vagas, trazendo mais jovens para a formação profissional. Isso é importante para a competitividade, pois o País precisa crescer. O conhecimento é crucial para que as inovações aconteçam, a competitividade avance e a produtividade, estagnada desde a década de 1980, também volte a crescer.

**AG:** Essa meta depende obviamente do poder público, que conta muito com a colaboração do Sistema S<sup>1</sup>. Na sua opinião, o sistema está preparado para dar essa contribuição ou será necessário colocar mais recursos nele?

**MG:** Falando pela indústria, o Sistema S passou por um processo de duplicação das matrículas. Estamos intimamente antenados e preocupados com o desafio da expansão. Saímos de 2 milhões e 100 mil matrículas para 4 milhões de matrículas. O grande desafio dessa expansão é não deixar que ela ocorra sem parâmetros. A Educação Profissional tem de estar conectada ao mercado de trabalho e suas dinâmicas. É preciso que o crescimento ocorra de forma planejada, tendo como objetivo a inserção no mercado de trabalho do aluno que sai do curso de formação profissional. Não é somente a Educação Profissional pela Educação Profissional. Claro que a Educação é importante, mas é fundamental que a formação aumente a chance de esse aluno conseguir um emprego. O desafio de triplicar é extremamente relevante porque, além de aumentar o volume, é preciso garantir a qualidade, uma questão complexa quando se fala de Educação Básica ou Profissional no Brasil, com sua dimensão, com a quantidade de estados, com as suas diferenças. Expansão é importante, com qualidade e olhando o mercado de trabalho.

**AG:** Como se avalia a qualidade desses cursos?

**MG:** Existem várias formas. No Senai, criamos uma metodologia de avaliação, levando em conta que a Educação Profissional é diferente da Educação Básica, na qual se aplica uma prova e se mede o conhecimento. Na Educação Profissional existe um conhecimento prático. Temos um projeto com a Universidade de Brasília para fazer a avaliação do processo de aprendizagem do aluno. Além disso,

---

1. Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que, além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Existem ainda Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest).

a aferição da eficiência dessa formação profissional se dá quando esse aluno chega a uma empresa. Fazemos muita pesquisa com os egressos de cursos, acompanhando suas trajetórias no mercado de trabalho. Aferimos a taxa de inserção do aluno e qual é o aumento do rendimento médio dele a partir do ingresso. A Educação Profissional tem um leque variado de áreas de conhecimento. A avaliação é um desafio que precisa ser discutido com o governo. O Senai faz isso de forma individual, mas nós acreditamos que é necessário estruturar um processo mais amplo de avaliação da eficiência, seja do investimento privado, seja do investimento público. Deve-se também medir o desempenho dos alunos que saem das escolas públicas federais para que haja retorno para o País.

**AG:** Uma estratégia para facilitar o ingresso no mercado de trabalho seria ter estágios que dialoguem com o currículo, com a escola, com o que o aluno está aprendendo. Qual o modelo de estágio que vocês defendem, se é que há um único modelo possível no Brasil?

**MG:** Seguindo a orientação legal, os cursos de aprendizagem, sejam técnicos ou de menor duração, de qualificação, passam por um processo de interação escola-empresa. Não é igual, mas se aproxima do modelo dual alemão, no qual o indivíduo divide constantemente seu tempo de formação entre a escola e a empresa. Isso faz com que o aluno, sobretudo o jovem, comece a compreender o mundo do trabalho, ou seja, o processo de organização, as regras, a cultura de uma empresa. Isso é extremamente importante, porque muitos alunos, não somente os da Educação Profissional, mas também os do Ensino Superior, chegam às empresas sem ter o mínimo de conhecimento de como será a dinâmica de trabalho. Então o estágio, seja supervisionado ou não, é crucial para reduzir o tempo de adaptação desse trabalhador.

**AG:** Uma questão que inquieta muitos jovens é: qual curso vão fazer? O estudante Gustavo Ribeiro, aluno do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, faz uma pergunta sobre essa difícil escolha.

**GUSTAVO RIBEIRO:** Quais cursos deveriam ser feitos? Aqueles que já são bastante procurados ou os pouco conhecidos?

**MG:** Essa é uma pergunta recorrente, sobretudo entre os jovens, que têm dificuldade em compreender como um curso vai trazer benefícios para eles. Ou seja, a escolha é muito difícil. No Brasil,



é possível avaliar as grandes oportunidades a partir do número de vagas que foram abertas nos últimos anos. Pode funcionar como baliza para escolher um curso. É possível pesquisar também quais são as áreas que oferecem um futuro mais promissor. Hoje no Brasil, há pouca mudança na estrutura, sobretudo na indústria. Do ponto de vista tecnológico, as taxas de inovação nas empresas vêm se expandindo, mas não de forma tão elevada. Assim, as demandas são mais ou menos constantes. Ou seja, o País sempre precisa de um mecânico industrial. O fato de a mecânica industrial ser uma área bastante demandada não quer dizer que não passe por transformações. O currículo vem se alterando, com evolução de novas tecnologias informacionais e de controle. Por exemplo, existe demanda grande para um técnico em soldagem. Na medida em que as tecnologias vão mudando, porém, o currículo vai se adaptando. Entre as áreas de conhecimento mais promissoras no futuro, poderíamos destacar a biotecnologia, um campo que estará presente nos próximos 10, 20 anos em todos os setores. Afeta o que nós vestimos, o que comemos, o que guardamos dentro da geladeira, o carro que dirigimos. Neste momento, não há uma demanda muito grande, mas é uma área de conhecimento que poderá ganhar uma relevância mais significativa no futuro.

**AG:** A questão profissional não está totalmente isolada do sistema. Atualmente, existe uma discussão sobre o currículo do Ensino Médio. Há críticas de que o Ensino Médio é muito conteudista, com uma carga horária que não dá conta da quantidade de disciplinas que o aluno tem de aprender. Como harmonizar essa discussão do Ensino Médio, que é tão urgente, com a necessidade de aumentar a oferta de Ensino Profissionalizante?

**MG:** Esse é um dos desafios da meta, que prevê triplicar as matrículas no Ensino Profissional. Se o curso for concomitante ao Ensino Médio, haverá um problema de carga horária semanal muito elevada. O que geralmente acontece é o aluno terminar o Ensino Médio e depois fazer um curso técnico. O maior desafio é integrar os currículos do Ensino Médio e do Profissional. Como fazer com que uma aula de Física ou de Química consiga transpor a teoria para a realidade de uma indústria, por exemplo, na elaboração de um plástico que será aplicado num automóvel? Não é simples

aplicar o ensino propedêutico à realidade da indústria. A integração faz muito mais sentido, porque uma das reclamações do jovem é o grau de abstração em algumas disciplinas. “Por que eu aprendo fórmula de Bhaskara (*para resolução de equações de segundo grau*), se eu não a utilizo? Para que eu estudo história na Revolução Industrial sem ter o conhecimento de qual foi a evolução de um determinado setor?” são questionamentos comuns. Nós acreditamos que esse avanço do número de vagas terá que se debruçar numa reflexão sobre como se dará essa integração. Isso irá contemplar duas questões. Primeiro, vai encurtar o tempo de ensino, ou seja, o aluno sairá da Educação Básica já com uma visão do mercado. Segundo, vai motivar o jovem, dando sentido àquilo que ele aprende dentro da sala de aula. Em resumo, o Ensino Profissional integrado é o grande desafio da Educação Profissional brasileira, sobretudo nas escolas públicas, onde há uma diversidade curricular muito grande que acaba se refletindo na diferença de desempenhos por estados. Isso ocorre porque a forma de avaliação é única para todos os estados, mas os currículos são muito diferentes. A questão é como criar uma harmonia entre esses currículos e fazer uma integração com a Educação Profissional, de modo a motivar aquele jovem que hoje não vê conexão entre o que aprende na sala de aula e sua vida real. É preciso ter investimento em tecnologias educacionais para que esse processo saia um pouco da abstração e o jovem consiga enxergar um pouco daquilo que está aprendendo.



# Aumento da oferta no Ensino Superior

Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público.

## ENTREVISTA DE SIMON SCHWARTZMAN

*Doutor em ciências políticas pela Universidade da Califórnia em Berkeley (EUA), é pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade.*

**ANTÔNIO GOIS (AG):** A meta 12 trata de duas questões: da taxa bruta e da taxa líquida de matrícula no Ensino Superior<sup>1</sup>. Minha pergunta: essas metas são viáveis?

**SIMON SCHWARTZMAN (SS):** Depende de como o sistema crescer. No Brasil, nos últimos anos, novas modalidades de ensino apareceram. O ensino a distância, o ensino de curta duração, os cursos tecnológicos, de 2, 3 anos. Isso permite formar mais gente, em maior quantidade e até em menos tempo. É possível se aproximar mais da meta na medida em que se entenda que a população do Ensino Superior não é só o jovem que termina o Ensino Médio tradicional e vai fazer um curso universitário tradicional. Existe uma população muito grande que vai buscar a Educação Superior em diferentes modalidades. A meta bruta, hoje em torno dos

---

1. No caso da taxa bruta, a conta é feita comparando o total de alunos no Ensino Superior, independentemente de sua idade, com o total da população de 18 a 24 anos. No caso da taxa líquida, são considerados na conta apenas os universitários de 18 a 24 anos em relação ao total da população nessa faixa etária.

30%, pode crescer. A meta líquida, ligada ao grupo de jovens que saem da universidade, tem uma limitação difícil de superar: a má qualidade do Ensino Médio. Hoje em dia, há relativamente pouca gente se formando no Ensino Médio com qualificação suficiente para entrar imediatamente no Ensino Superior. Principalmente no nosso modelo, em que o Ensino Superior destina-se ao jovem recém-saído da escola média.

**AG:** A taxa líquida está hoje em torno de 15%. A meta é atingir 33%, ou seja, mais do dobro do percentual atual. O problema não está na oferta de vagas, mas sim em formar mais jovens aptos e qualificados a entrar no Ensino Superior?

**SS:** O setor privado cresceu muito e hoje em dia atende a 75% das matrículas do Ensino Superior. Esse setor tem capacidade de responder se houver maior demanda, dependendo, claro, de financiamento. A grande limitação é que o Ensino Médio está formando pouca gente, relativamente, e formando muito mal. Esse é o principal obstáculo.

**AG:** Houve um crescimento muito grande no financiamento estudantil, em programas como o Prouni e o Fies. Em algumas instituições particulares, mais da metade dos alunos têm bolsas do governo via Prouni ou via Fies. Esse modelo está perto do esgotamento? Há como crescer mais com o financiamento estatal? Ou deve-se buscar outros modelos?

**SS:** O Fies, teoricamente pelo menos, não é um financiamento, é um empréstimo. Se funcionar bem como empréstimo, não tem custos, porque o dinheiro será devolvido. A dúvida é se realmente as pessoas vão pagar. Se não pagarem, cria-se um limite, porque o governo não pode aumentar indefinidamente seu custo nesse programa. O Fies é muito maior do que o Prouni, que é relativamente pequeno; o grande sistema de financiamento são os empréstimos. Há também o problema de falta de controle. As instituições recebem o dinheiro, fazem disso um grande negócio e não têm que prestar contas da qualidade. Pessoalmente, não acho errado haver uma empresa privada que faça um bom serviço de Educação e cobre por isso, mas deve haver acompanhamento. Se o governo está colocando recursos, é preciso checar se a qualidade é boa, se as pessoas estão conseguindo bons empregos etc. Os

Estados Unidos têm uma experiência grande nesse assunto e recentemente andaram cortando financiamentos. Lá, há um critério muito interessante: eles verificam se os alunos formados de fato conseguem empregos com remuneração para pagar o empréstimo. Se a faculdade não mostrar que os alunos formados são capazes de conseguir um emprego para quitar o empréstimo, o financiamento é cortado. No Brasil, não temos dados sobre o que acontece com o aluno depois de formado.

**AG:** Em relação à questão da qualidade, um professor<sup>2</sup> tem uma pergunta a fazer.

**PROFESSOR:** Minha pergunta é: como o governo federal fiscalizará a entrega dos recursos para as instituições e verificar o resultado do investimento e a qualidade do ensino?

**SS:** Eu acho que é uma pergunta essencial. Nós temos no Brasil um sistema muito complicado de avaliação, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). Apesar de mobilizar muitos recursos, esse sistema pune algumas instituições extremadamente ruins do setor privado e não tem efeito sobre o setor público, que é muito caro. Acho que é preciso repensar o que está acontecendo com esse sistema. Um critério simples, que eu já mencionei, é buscar a informação do que ocorre com a pessoa depois de formada. Acredito na necessidade de rever o atual sistema de avaliação e, inclusive, avaliar o setor público. O setor público hoje em dia no Brasil cobre mais ou menos 25% das matrículas, mas é muito mais caro que o setor privado, por estudante. O sistema de avaliação não tem nenhum efeito sobre o sistema público. As instituições públicas podem estar muito bem, mais ou menos, ou mal nas avaliações, e nada acontece.

**AG:** Avaliar um setor homogêneo já é difícil. Um setor heterogêneo e que tende a ficar cada vez mais diversificado, com educação a distância e outros modelos de Educação Superior, é um desafio ainda maior. O senhor citou uma das questões que podem ser, talvez, aplicadas a todos: avaliar o que acontece com esse jovem ao final do curso. Há como ter uma avaliação ou como comparar nichos tão diferentes?

---

2. Nome não disponível.

**SS:** O modelo de avaliação no Brasil supõe haver um modelo só, o modelo da universidade tradicional. Quando há muito crescimento, é preciso criar vários modelos e, quem sabe, vários temas de avaliação separados. Poderia haver até agências diferentes fazendo isso. Não faz sentido avaliar da mesma forma um curso a distância que está formando profissionais de nível até superior, mas não muito qualificados, e um sistema mais clássico que está formando especialistas, doutores, enfim, profissionais muito especializados. O fundamental é informar ao estudante em qual tipo de curso ele vai entrar. Ele entra num curso dizendo “eu quero ser médico, eu quero ser engenheiro, eu quero ser advogado”, mas não sabe se aquela instituição vai lhe dar a qualificação que ele espera ter.

**AG:** A meta fala em matrícula de alunos, mas sabemos que isso não é garantia de que ele irá concluir o curso. Muitos abandonam antes. Quais devem ser as estratégias para este problema?

**SS:** Há várias coisas a fazer. Uma delas é tentar informar a sociedade, os alunos, quais as chances que eles têm de se formarem naquele curso. Tem que ter também um processo de seleção adequado, para admitir pessoas que sejam realmente capazes de, uma vez entrando, terminarem o curso. Pode-se ainda criar um sistema para estudantes que necessitem de um apoio adicional, financeiro, para completar o curso. Mas não deve ser um sistema totalmente financiado, gratuito, porque, nesse caso, não há custo para o estudante, mas há para o governo, seja no setor público, com financiamento direto, seja no setor privado, com um empréstimo de longuíssimo prazo. Se o aluno for responsável de fato por pelo menos uma parte dos custos, ele vai pensar duas vezes se vale a pena ou não fazer esse investimento.

**AG:** Desde a década de 1990, tem havido um crescimento muito forte nas matrículas do setor privado. A meta sinaliza um desejo de o plano aumentar a participação do setor público. O senhor acha que esse é um caminho viável ou é melhor apostar em qualificar de modo mais eficaz o setor privado?

**SS:** Eu acho que o setor público está aí, vai continuar existindo e precisa funcionar melhor. De novo, temos de pensar nas diferentes funções que o setor público desempenha. Ele não é só a uni-

versidade tradicional. Cada vez mais o setor público está abrindo espaço para o ensino noturno, ensino a distância, ensino de curta duração. Assim, ele pode crescer, desde que com mais clareza sobre qual é o seu papel e qual é a sua função. Não se pode esquecer que o setor público, no atual formato, é muito caro, porque supõe que o professor está fazendo pesquisa. Os professores na quase totalidade recebem por tempo integral, mas não trabalham em tempo integral. A pesquisa está concentrada em poucas universidades.

**AG:** O total de universitários no Brasil ainda é muito pequeno. Logo, isso significa que o Ensino Superior ainda é muito elitizado. Nos últimos anos houve mudanças, com ações afirmativas. Como o senhor vê essa questão da diversidade do acesso ao Ensino Superior? Como ampliar o acesso ao Ensino Superior entre as populações pobres e os grupos minoritários?

**SS:** O acesso tem aumentado muito nos últimos anos e não é por causa da ação afirmativa, até porque a ação afirmativa hoje em dia existe no setor público, que responde apenas por 25% das matrículas. Agora, como o sistema todo está se expandindo, mais gente está entrando. Na medida em que se abre o sistema, na medida em que se oferecem diferentes tipos de formação para tipos diferentes de pessoas na sociedade, mais oportunidades são oferecidas.

**AG:** Mesmo com a ampliação do Ensino Superior, ainda há grandes diferenças no acesso dos alunos por curso. Alguns continuam muito elitizados, caso de medicina e odontologia, enquanto outros estão atendendo mais alunos pobres, caso das licenciaturas. Como equalizar isso?

**SS:** Aí esbarra-se no problema da má qualidade da Educação Média. A Educação Média não é somente de má qualidade, mas é muito socialmente estratificada. As famílias mais ricas, que podem colocar os filhos numa escola mais cara, dão melhor qualificação, que facilita o acesso à universidade. As famílias mais pobres não conseguem isso, e o filho faz um curso superior ruim ou não consegue entrar na faculdade. Se os mais pobres puderem entrar, têm que receber o apoio necessário, seja financeiro, seja pedagógico. Acho que pode haver ações afirmativas para remediar a situação. Basicamente, porém, esbarra-se de novo no problema do Ensino



Médio. Se houvesse um Ensino Médio de melhor qualidade, que fosse mais igualitário e discriminasse menos as pessoas do ponto de vista da sua formação anterior, haveria mais equidade no acesso ao Ensino Superior.

# Mais mestres e doutores

Elevar a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

## ENTREVISTA DE ANTONIO FREITAS

*Doutor pela Universidade da Carolina do Norte (EUA) e com pós-doutorado pela Universidade de Michigan (EUA), é pró-reitor de ensino, pesquisa e pós-graduação da FGV-RJ e integrante da Academia Brasileira de Educação.*

**ANTÔNIO GOIS (AG):** Na meta 13, que trata da formação de mestres e doutores, o problema não parece ser a questão quantitativa, mas sim a qualitativa. Minha primeira pergunta é mais genérica. Para que aumentar o número de mestres e doutores? Qual a garantia de que isso vai se traduzir em maior qualidade no Ensino Superior?

**ANTONIO FREITAS (AF):** Tudo começa pela base. A nossa Educação Básica, que é responsabilidade do Estado, é péssima. Os mais penalizados são os mais pobres. As pessoas mais ricas mandam seus filhos para colégios de elite, como o São Bento ou o São Vicente, no Rio de Janeiro, e assemelhados em outros estados. Os alunos dessas escolas vão para as universidades federais fazer os cursos mais procurados, como medicina e engenharia. As pessoas mais pobres vão para escolas públicas, onde eventualmente o professor falta, não dá aula, não está atualizado, não usa computador e assim por diante. Então, a raiz do problema é a péssima Educação Básica. O governo faz o que poucos países no mundo fazem: coloca uma quantidade imensa de dinheiro na Educação pública,

mais de 5% do Produto Interno Bruto (PIB). Em relação à Educação Superior, há um interesse em saber sobre o corpo docente, se há mestres, doutores. Acontece que quem faz mestrado e doutorado geralmente não tem nenhum treinamento para ser professor. Eu terminei meu doutorado e aí me disseram: “Olha, você vai dar aula amanhã”. Entrei na sala de aula e fiz o que eu quis. Tentei imitar meus professores, ou seja, acabei reproduzindo uma coisa absolutamente antiga. Por isso é que se tem tanta evasão na Educação Fundamental e no Ensino Médio. Cinquenta por cento dos alunos abandonam o Ensino Médio, o que torna pequeno o número dos que vão para um curso superior. Teríamos que reter esses alunos, levá-los ao curso superior, treiná-los bem, para que o Brasil continue sendo um País competitivo quando houver menos brasileiros. A partir de 2050, a população vai decrescer. O simples fato de haver doutor e mestre não significa que haverá melhores professores. O melhor professor tem que ser treinado para ensinar, adotando, por exemplo, uma técnica moderna, como PBL (*do inglês, Problem-Based Learning, ou, em português, Ensino Baseado em Problemas*), usada em muitas universidades, como a de Maastricht, na Holanda. É usada, por exemplo, no ensino de medicina: o doente é o ponto de partida, e os alunos aprendem a diagnosticá-lo e a tratá-lo. Isso pode se replicar na engenharia, economia, administração. Hoje, o ensino tem que ser centrado no aluno. Esse ensino expositivo é o mesmo ensino que existia há 800 anos, há mil anos. Você foi aluno, eu fui aluno. Nós sabemos que é muito chato ficar até 6 horas ouvindo a pessoa falar. Especialmente se o professor estiver repetindo o livro.

**AG:** Sobre a qualidade de formação do professor, tanto para o ensino de graduação quanto para a pesquisa, a professora Ana Maria Magaldi, coordenadora do curso de pedagogia presencial da Faculdade de Educação na Uerj, tem uma pergunta.

**ANA MARIA MAGALDI:** Em que medida essa meta, que valoriza a atuação do docente como pesquisador e como orientador de projetos de pesquisa, além da docência propriamente, estimularia a qualidade da formação do aluno de graduação?

**AF:** O doutorado e o mestrado são importantes, não estou dizendo que não. Estou dizendo simplesmente que ter o grau de doutor

ou de mestre não transforma alguém em bom professor. Um bom professor precisa aprender técnicas de ensino. Aí tanto faz ser mestre, doutor ou especialista. É preciso aprender a lidar com os alunos. Idealmente, deveria haver um corpo docente que fizesse pesquisa e um corpo docente que tivesse prática profissional. Um número muito pequeno vai se dedicar à pesquisa. Um bom corpo docente tem que ter profissionais qualificados academicamente e profissionalmente, o que não ocorre no Brasil. Se você vai para uma escola pública de boa qualidade, por exemplo, todos os professores têm doutorado ou mestrado, mas com baixíssimo nível de experiência. Então o que eles ensinam não é o que ocorre no mundo real. Esse é um ponto. O outro ponto é que a maioria das pesquisas feitas no Brasil é irrelevante; não se traduz em produtos, não beneficia a população em geral. O Brasil melhorou e é o 12º, 13º país do mundo em pesquisa teórica. Por outro lado, em termos de patentes, houve um declínio imenso. O País tem essa vertente ibérica, que defende a importância de ser doutor e não colocar a mão na massa.

**AG:** Um componente importante para garantir a qualidade do Ensino Superior, seja na pesquisa, seja na graduação, é a avaliação. Nós temos hoje um instrumento de avaliação no País, mas ele já funciona adequadamente? Acha que é preciso melhorar a avaliação do Ensino Superior no País?

**AF:** Temos um sistema de avaliação muito bem montado, muito bem-feito. Ele, porém, é uma régua, que é aplicada na cidade do Rio de Janeiro, na cidade de São Paulo, em Caruaru e no interior do Pará. Como o Brasil tem dimensões continentais, não faz sentido aplicar a mesma régua em grandes cidades, como São Paulo e Rio, e no interior do Nordeste ou no interior do Pará. No meu entendimento, nós teríamos que adaptar essa régua a cada uma dessas regiões, de forma a estimular o surgimento de escolas regionais. Por exemplo, exige-se um percentual de doutores, vamos supor 35% de doutores, 75% de mestres. No Rio e em São Paulo, é fácil encontrar. No interior de Alagoas, é impossível. Se não houver adaptações a uma situação no Nordeste, aquela região nunca irá prosperar. Ou seja, é preciso plantar uma sementinha e, gradativamente, daqui a 20, 30 anos, convergir para o nível do Rio e

de São Paulo. Quando uma escola no interior de Pernambuco, no interior do Pará, no interior do Maranhão, não é aprovada, está-se prejudicando o desenvolvimento daquela região. É preciso ser mais liberal com essas regiões e ainda apoiar o desenvolvimento dessas escolas. O sistema de avaliação tem que ser adequado à região. Lamentavelmente, o MEC atua de forma repressiva e de forma atrasada. Na cidade do Rio de Janeiro, o MEC sabia que a Universidade Gama Filho tinha problemas há dois, três, quatro, 20 anos. Ninguém nunca foi ajudar a Gama Filho ou mesmo colocar um interventor para solucionar o problema. O que ocorreu lá acabou por destruir a universidade num País que precisa tanto de escola<sup>1</sup>. Ao destruir a universidade, foram privilegiadas empresas estrangeiras que estão colocando dinheiro no Brasil visando unicamente ao lucro. A região no entorno da Gama Filho, em Piedade (zona norte do Rio), era cercada de pequenas empresas para servir os alunos – alimentação, fotocópias, livro, papel. Aquela região morreu. Mesmo sabendo que a escola tinha dificuldade, o Estado não fez nada para ajudá-la. Um País como o Brasil, em que apenas 13% das pessoas vão para a universidade na idade certa, dos 18 aos 24 anos, contra 40% no Chile, 82% nos Estados Unidos, não pode se dar ao luxo de fechar escolas. O fechamento sempre prejudicará os mais pobres. Os ricos nunca terão problema, porque irão para a USP, a Unicamp, a UFRJ. Ou seja, fechar escola no Brasil é uma verdadeira estupidez. A posição do MEC no Brasil devia ser de ajudar em vez de punir.

---

1. A Universidade Gama Filho foi fundada em 1939 e era uma das mais importantes instituições privadas do Rio de Janeiro. Desde a década de 2000, porém, enfrentou crises sucessivas, perdeu alunos para concorrentes e passou sistematicamente a atrasar os salários dos professores. As avaliações no sistema do MEC sinalizavam que a instituição estava perdendo qualidade. Em 2011, o Grupo Galileo Educacional comprou a instituição com promessa de investimentos, mas não obteve sucesso na recuperação financeira. Em 2014, a Gama Filho foi descredenciada e seus 15 mil alunos foram transferidos para outras instituições.

# Aumento da matrícula na pós-graduação *stricto sensu*

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

## ENTREVISTA DE HELENA NADER

*Doutora em ciências biológicas pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), é presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).*

**ANTÔNIO GOIS (AG):** Professora, uma pergunta bastante genérica, mas ao mesmo tempo objetiva. Formar 60 mil mestres e 25 mil doutores para quê? O que esperar deles?

**HELENA NADER (HN):** O que se espera tendo mais pessoas qualificadas é mudar o patamar não somente da ciência brasileira, do mundo acadêmico, mas também do mundo empresarial, de forma a haver mais inovação nas indústrias, mais empreendedorismo. Para que isso ocorra é necessário haver capacitação. Então, a meta de 60 mil mestres e 25 mil doutores visa à melhoria da condição de vida do cidadão brasileiro.

**AG:** Essas metas são viáveis? Segundo o *site* Observatório do PNE, do movimento Todos Pela Educação, temos hoje em torno de 45 mil mestres e 15 mil doutores. O que é preciso fazer para alcançar as metas?

**HN:** A curva indica que vamos alcançar o número de mestres. Estamos com quase 75% do esperado. O número de doutores, infelizmente, não. Eu digo “infelizmente” porque seria muito relevante atingir esse objetivo, mas a curva mostra que estamos aquém. É importante parar para pensar por que planejamos uma meta e não vamos alcançá-la. O número de ingressantes na pós-graduação, aproximadamente 206 mil a cada ano, ainda é insuficiente para se atingir essa meta. O número de formados na graduação também é insuficiente. O governo e a sociedade civil teriam que fazer uma análise mais profunda do que realmente está acontecendo.

**AG:** Qual é o maior desafio? Abrir mais programas de doutorado ou diminuir a evasão?

**HN:** É o conjunto todo. Não adianta só abrir mais programas. Tem que abrir mantendo a qualidade, porque, senão, haverá críticas. O número pelo número é fácil. Número com qualidade é muito mais complicado. Se há uma coisa de que eu tenho muito orgulho no Brasil é a qualidade da avaliação que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) tem feito. O Brasil deu um salto na ciência nacional por causa da avaliação da Capes. Antes, as pessoas faziam teses e guardavam os resultados numa prateleira. Hoje, aprendeu-se a relevância de publicar aqueles resultados em periódicos internacionais, mostrando para fora o que o Brasil está fazendo. Por isso, precisa haver qualidade. Não adianta chegar aos 20 mil, 25 mil doutores baixando a qualidade. É preciso haver mais doutores dentro das universidades, dentro das indústrias. O objetivo é correto, mas não vamos conseguir ainda neste PNE.

**AG:** O sistema de avaliação da pós-graduação é muito elogiado e está associado a consequências práticas. Esse modelo é suficiente ou precisa ser aperfeiçoado?

**HN:** Ele tem que ser melhorado. Ele foi suficiente nos últimos 20 anos. Nós saímos de um patamar e atingimos uma situação invejável. O Brasil é o 13º país em número de publicações e em citações na base de dados da Scopus<sup>2</sup>. Isso é verificável por qualquer um. A Chi-

---

2. A Scopus é o maior banco de dados de literatura técnica e científica do mundo. Possui 46 milhões de registros, aproximadamente 19,5 mil títulos oriundos de mais de cinco mil editoras.

na ocupa o segundo lugar em publicações, mas é 19° em citações. Estamos aquém do que queremos ser, apesar de estarmos indo bem. Agora, teremos que pensar novos indicadores para avaliação, além do número de publicações, que foi importante. Encontramos dificuldade em avaliar o impacto de um trabalho de mestrado ou doutorado no curto prazo. Estamos falando de dois anos para mestrado e quatro anos para doutorado. Sabemos que queremos colocar novos critérios nessa cesta, mas não está claro como colocá-los.

**AG:** Ainda não falamos explicitamente de recursos, mas temos uma pergunta sobre o tema feita pelo estudante de química da UFRJ Rafael Campos.

**RAFAEL CAMPOS:** Eu gostaria de entender como o governo pretende aumentar o número de pós-graduandos sem aumentar a bolsa de pós-graduação. Atualmente, o valor de uma bolsa de pós-graduação é muito mais baixo do que o salário oferecido para alguns técnicos.

**HN:** Concordo totalmente com as colocações. O valor da bolsa está abaixo do mercado, é verdade. É quase um sacrifício ser um pós-graduando. Temos que tentar reverter essa situação. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) tem estado ao lado da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) nessa luta, mas ainda não se conseguiu um valor mais condizente com a realidade. Fazer a pós-graduação não é um sacerdócio, é algo complementar à formação. Deve-se oferecer qualidade de vida. É preciso tentar reverter esse quadro, mas acho que será difícil nos próximos anos. A crise financeira brasileira é real e houve um ajuste, mas eu faço um apelo ao pessoal do planejamento e da economia para que considere o seguinte: Educação e Ciência não são gastos, são investimentos. Não se pode contingenciar valores nessas áreas. As bolsas serão mantidas, mas outros gastos foram cortados tanto no MEC quanto no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Isso é ruim para o País.

**AG:** Na opinião da SBPC e da comunidade científica, de onde o governo deve tirar os recursos para garantir os investimentos na pós-graduação?

**HN:** Antigamente, falávamos do pré-sal. Agora estamos atravessando uma fase difícil, na qual até o investimento no pré-sal está



diminuído. Esperávamos um montante que não está vindo. Ficou decidido que 50% do Fundo Social<sup>3</sup> serão destinados à Educação e à Saúde. Desses 50%, 75% irão para a Educação e 25% para a Saúde. Tem mais 50%, que também devem ser direcionados para a Ciência e para a Educação. Deve-se pensar em investimento. Os países que fizeram isso deram certo. O investimento não gera resultado amanhã. Além do Fundo Social, há vários outros fundos que pagam recursos para o governo e deveriam ser redirecionados para garantir a qualidade dos 25 mil doutores e 60 mil mestres.

**AG:** Todo o sistema educacional é marcado pela desigualdade, sobretudo na pós-graduação. A produção científica ainda é muito concentrada em poucas universidades no eixo Sul-Sudeste. Como vocês encaram esse problema, e como solucioná-lo?

**HN:** Olhando-se o mapa dos últimos 20 anos, é possível ver que a desigualdade está diminuindo. A produção científica ainda vai ficar concentrada no Sudeste, por conta do contingente populacional. Fazendo-se a relação entre produção e população, vê-se que os números não são tão discrepantes. Basta comparar a relação entre o investimento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e a população paulista com a relação entre o investimento da Fundação de Amparo à Pesquisa Estado do Amazonas (Fapeam) e a população amazonense. Os dois números não são tão desproporcionais. A desigualdade vem caindo, mas os números estão aquém do que precisamos. O que acaba acontecendo é que muitos dos doutores que vão para regiões com menor tradição em pesquisa ficam de olho nos concursos que vão acontecer, por exemplo, na UFRJ e na Uerj, no Rio de Janeiro, ou na USP e na Unifesp, em São Paulo. São lugares de tradição. É preciso, então, quebrar a tradição da pesquisa, a tradição da Educação. Isso só vai melhorar na hora em que forem destinados recursos de forma contínua para esses outros lugares. O doutor, para se manter, tem que continuar fazendo pesquisa dentro de uma indústria, dentro da iniciativa privada ou dentro da universidade. Temos que reverter

---

3. O Fundo Social é uma espécie de poupança formada pelos recursos que a União recebe da produção do petróleo da camada pré-sal e não tem participação dos estados e municípios. Seus recursos são destinados para o desenvolvimento social, com prioridade para a Saúde e a Educação.

o investimento privado aqui no Brasil. Na China, o investimento privado é de 75%. Nós temos que convencer o empresariado brasileiro de que se ele apostar na Educação e na Ciência em vez de na Bolsa, ele não vai colher no mesmo dia, mas daqui a 10 anos estará colhendo muito.



# Professores com formação superior

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da Educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do artigo 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

## ENTREVISTA DE PAULA LOUZANO

*Doutora em Educação pela Universidade de Harvard (EUA),  
é pesquisadora da Faculdade de Educação da USP.*

**ANTÔNIO GOIS (AG):** Hoje em dia há certa divergência entre as estatísticas acerca da meta 15. O site Observatório do PNE, do movimento Todos Pela Educação, aponta que 75% dos professores de toda Educação Básica têm nível superior. Ou seja, ainda faltam 25%. Um dado se destaca: somente 33% dos professores têm formação específica para a disciplina que lecionam. O desafio parece ser bastante grande. A partir disso, estamos diante de uma meta viável? Os instrumentos para alcançá-la também estão corretos?

**PAULA LOUZANO (PL):** Devemos olhar esses dados, primeiro, por nível de ensino. Exige-se o curso de pedagogia para se lecionar no Ensino Infantil e no 1º ciclo do Ensino Fundamental. Houve uma melhora muito grande na formação dos professores, que antes tinham nível de magistério, para nível superior. No caso do Ensino Fundamental 2 e do Ensino Médio, a exigência é de professores especialistas, ou seja, para lecionar matemática, é preci-

so ser formado em matemática, mas também ter licenciatura. No caso do Fundamental 2 e do Médio, há um déficit de professores, principalmente em algumas disciplinas específicas. Matemática é uma delas. A questão que temos de tentar responder é a seguinte: faltam pessoas com licenciatura em matemática ou aqueles que se formam não querem ser professores, gerando um déficit na escola? Pesquisas apontam que o País produz um contingente grande de professores, mas eles vão fazer outra coisa. Ainda existem déficits em algumas áreas específicas, como física e química, mas não em matemática.

**AG:** Por que essas pessoas não querem ser professores? Como melhorar a atratividade da carreira docente?

**PL:** A questão central, que tem melhorado ao longo dos anos, é a salarial. Há, também, uma questão de status. Profissões com salários iniciais similares aos dos professores acabam atraindo as pessoas. A profissão de docente não é vista como uma profissão. Muitas vezes meus alunos me perguntam se, além de dar aulas, eu trabalho, como se dar aula não fosse uma profissão. Por isso, profissionalizar a docência é algo fundamental para fazer com que as pessoas se sintam mais atraídas para essa carreira. Elas devem sentir que não é qualquer um que pode ser professor, que é importante passar por uma formação específica. Existe um saber específico dessa profissão, assim como há um saber específico em relação à medicina ou à engenharia. Quem não estudou para aquilo não consegue praticar aquela profissão. Na docência, as pessoas acham que qualquer um que está passando na rua pode dar aula. Essa visão equivocada da profissão atrapalha a atratividade da carreira do professor.

**AG:** A meta fala de formação: temos que chegar a um percentual “x” de pessoas formadas. Hoje, há uma crítica muito grande à qualidade da formação dos professores. Você concorda com essas críticas?

**PL:** Concordo. A primeira parte do problema está vinculada à visão equivocada da carreira docente, de que ser professor é algo simples, que não demanda muito esforço. Na verdade, é um dos trabalhos mais complexos que existem, se pensarmos em entregar uma aula de qualidade ao aluno. O primeiro aspecto baseia-se na premissa de que a docência é algo simples. Diferentemente, por exemplo, do que acontece em relação à formação médica. Há toda uma regula-

ção acerca da ampliação dos cursos de medicina no Brasil. Muitos a chamam de reserva de mercado, mas existe uma preocupação da corporação médica em garantir a qualidade no exercício da medicina. No caso da formação de professores, não existe nenhum tipo de regulação, e o próprio governo facilita ao máximo a expansão desses cursos. Hoje, mais de um terço dos professores estão sendo formados a distância. Sabemos que, no geral, são faculdades privadas e de baixa qualidade. Assistimos à polêmica com relação ao Fies, quando o governo tentou fixar nota mínima de 450 pontos no Enem para que o aluno pudesse acessar uma vaga financiada com dinheiro público. Fazer 450 pontos no Enem é uma pontuação ridícula, levando-se em conta que ela é a exigência para alguém receber o diploma de Ensino Médio. É o mínimo. Significa que o aluno que tem aquela pontuação consegue ler e escrever, posto que não pode tirar zero na redação. Isso causou uma grita no mercado de escolas privadas, indicando os cursos que atraem os alunos com menor pontuação do Enem. Mostra, ainda, que não existe uma preocupação com a qualidade da formação dos professores. Ela começa no momento em que se aceita alguém com dificuldade de leitura e escrita e se sabe que não haverá melhoria na formação dessa pessoa num curso a distância. O primeiro problema é que toda a política de expansão está baseada num modelo de baixa qualidade. O segundo tem a ver com a ideia de como se forma professor no Brasil, diferentemente do que se faz em países que conseguiram criar a profissão docente. Lá, existe uma formação de excelência baseada na prática, muito similar à formação médica. São médicos mais experientes formando novos médicos. É óbvio que existe o conjunto de acadêmicos e a universidade vinculada a isso, mas a ideia do hospital-escola é um pré-requisito muito forte na formação médica. Não dá para imaginar que um médico vá fazer uma cirurgia sem nunca ter observado, acompanhado, apoiado uma similar, sem nunca ter feito uma parte dessa cirurgia ou até feito a cirurgia com a supervisão de um médico mais experiente. Todo dia, porém, alguém vai para uma sala de aula ser professor sem nunca ter pisado lá, sem nunca ter tido um mentor mais experiente. Ainda se pensa no Brasil que essa forma é suficiente para formar professor. É preciso quebrar esse paradigma no País.

**AG:** Essa é uma meta que exige muita articulação. Por que os municípios e os estados contratam professores, mas a política pública tem que ser pensada pela União? A professora Elizabete Castanheira, aluna de mestrado do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-Uerj) tem uma questão sobre o assunto.

**ELIZABETE CASTANHEIRA:** Eu gostaria de saber como será feita a articulação entre estados e municípios para o cumprimento da meta de formação de professores.

**PL:** Esse é um desafio da política educacional brasileira. No País, o MEC cuida do Ensino Superior, sendo responsável por regular e supervisionar esse nível de ensino; os estados e municípios respondem pela Educação Básica; a União complementa o financiamento da Educação e também dá apoio técnico. No caso específico da formação de professores, é fundamental haver um diálogo com os secretários de Educação e os gestores municipais e estaduais para se compreender qual é o perfil de profissional que deve ser formado para atender às necessidades de quem está na ponta do sistema. Se houvesse um regime de colaboração mais efetivo, seria possível evitar desperdício de recursos.

**AG:** Qual é o instrumento para convencer as universidades a mudarem sua política de formação? Isso é possível por decreto? Basta vontade do poder federal?

**PL:** É preciso haver um diálogo entre as partes em relação às tendências da formação de professores. O governo federal deve criar um conjunto de incentivos para fazer com que a formação vá por esse caminho. Nós colocamos muita pressão nas universidades públicas, quando elas formam um contingente ínfimo de profissionais da Educação. A maioria dos professores está sendo formada pelo setor privado, que é totalmente desregulado. Assim sendo, não adianta garantir a excelência nas universidades federais e estaduais, onde, de alguma maneira, o governo tem mais ingerência, mas não obrigar o aluno que entra para fazer licenciatura a atingir 450 pontos no Enem. É preciso haver uma política para os dois setores. No caso do setor privado, uma política interessante é garantir bolsa para alunos com alta pontuação no Enem que queiram estudar para ser professores. Deve-se incentivar universidades e faculdades privadas a somente receber alunos com pontuação alta.

Ou seja, criar um curso mais exigente, oferecendo financiamento para isso. Hoje, o financiamento é indiscriminado. Alguém que queira fazer um curso mais rigoroso não tem nenhum tipo de incentivo para tal, já que o governo paga para quem tem nota baixa. É muito difícil mudar quando o incentivo está mal colocado. No caso das universidades públicas, um conjunto de incentivos poderia ser criado, com financiamento para as universidades que se alinhassem, por exemplo, a um modelo similar ao da Finlândia<sup>1</sup>, que pudessem oferecer bolsas para que seus alunos estudassem em meio período e fossem professores na outra metade. Sabemos que o estudante que vai ser professor, no geral, necessita trabalhar. Assim, não é possível imaginar um modelo descontextualizado. Pode-se criar uma rede de colaboração com as escolas. Ou seja, há muito que o governo federal pode fazer. A primeira coisa é acreditar que existe um modelo melhor do que o atual.

---

1. A Finlândia é reconhecida como um país que consegue atrair bons profissionais para a carreira docente. Há salários competitivos, mas grandes exigências para quem quer seguir na profissão. A formação de professores tem duração de sete anos (no Brasil, quase todos têm quatro anos ou menos) e ao menos um terço desse período corresponde a uma espécie de residência pedagógica, em que o candidato a professor estagia numa escola sob a orientação de um tutor.





# Educação continuada a professores da Educação Básica

Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

## ENTREVISTA DE MOZART RAMOS

*Doutor em química pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com pós-doutorado pela Politécnica de Milão (Itália), é diretor de articulação e inovação do Instituto Ayrton Senna. Foi secretário da Educação de Pernambuco.*

**ANTÔNIO GOIS (AG):** Vamos começar com uma pergunta direta sobre a viabilidade da meta 16, que trata da formação de professores. Na sua opinião, conseguiremos atingir esse objetivo até o final do PNE?

**MOZART RAMOS (MR):** Eu acredito que a meta da formação pós-graduanda dos professores da Educação Básica seja factível. Ela precisaria ter estratégias diferenciadas para as diferentes localidades. Por exemplo, se nós analisarmos a região Sul do Brasil, praticamente 45% dos professores já têm formação pós-graduanda. Certamente nos próximos dois, três ou quatro anos essa região deverá atingir a meta prevista no PNE. Por outro lado, quando se olha para as duas regiões mais complexas do ponto de vista educacional, Nordeste e Norte, vê-se outra realidade. No caso da re-

gião Norte, que é extremamente extensa territorialmente e possui pouco mais de 20% dos professores com formação pós-graduada, acredito que a tarefa será difícil. Não se trata somente de ter os recursos necessários para prover essa formação aos professores da região; existem também questões de logística e de como serão oferecidos esses cursos. Nesse caso específico, principalmente na região amazônica, creio que o ensino a distância, usando as novas tecnologias, será um aliado importante para que a meta seja alcançada. Há ainda outras dificuldades além do financiamento. Há um ano, a própria Capes, que tem hoje entre suas tarefas a formação básica, tinha algo em torno de R\$ 2 bilhões para formar professores. Quando eu fui secretário da Educação em Pernambuco, nunca tive problema para obter recursos no campo da formação continuada. A grande dificuldade será formar os professores que estão nos grotões, nos municípios menores, que não têm universidades, faculdades, centros universitários. Será preciso haver articulação entre a instituição formadora, os órgãos responsáveis pela supervisão e as secretarias para autorizar cursos fora das sedes, porque muitas vezes os prefeitos não liberam os seus professores para fazer a formação continuada. A questão da articulação e logística será o problema principal.

**AG:** O professor Vítor Caetano, estudante de mestrado do programa de pós-graduação em ensino de Educação Básica da CAP-Uerj, tem uma pergunta sobre o incentivo para que professores cursem pós-graduação.

**VITOR CAETANO:** Sou professor das redes municipal e estadual e sei da importância que a formação continuada tem para os professores. Um grande problema enfrentado pelos que já atuam é o financiamento de sua estada nos cursos de pós-graduação. Como o programa se posicionará em relação a essa questão?

**MR:** Eu acho que o problema do financiamento não é central. Como eu disse, recursos para formação continuada existem. É necessário, naturalmente, que os projetos sejam apresentados à Capes pelas secretarias municipais e estaduais de Educação. Há recursos dos próprios governos em suas esferas, principalmente nos estados. Outro aspecto que eu entendo ser importante, para que haja uma mudança na qualidade do ensino a partir dessa formação, é o

diálogo com o chão de escola. Seria ideal que especialização, mestrado ou doutorado dialogasse com as necessidades de aprendizagem do aluno. Essa é a questão mais complexa de ser enfrentada do ponto de vista acadêmico, porque o professor da universidade, infelizmente, está muito distante da realidade da escola pública. É ele quem faz a formação inicial. Nós já sabemos que a formação inicial não dialoga com o chão de escola. A formação continuada, que deveria atualizar o professor, é muitas vezes feita para tapar os buracos da má formação inicial. Volto a dizer que a questão do financiamento não é o obstáculo principal. Pode ser que haja casos pontuais, mas dinheiro existe. Para mim, o problema central é como essa formação vai se refletir em sala de aula. Para que a formação ajude, de fato, o professor a atuar na realidade da escola pública, é preciso que a universidade coloque, em seu campo de prioridade, a questão da qualidade da Educação Básica. Isso passa pela formação inicial e continuada. Para tal, é preciso que os professores entendam melhor as necessidades da escola pública.

**AG:** O plano é um desafio para a sociedade, para a União, para os estados, para os municípios. Dialogar com as universidades, porém, parece ser principalmente uma atribuição da União. Temos também a questão da autonomia das universidades. Como deve ser a aproximação, o convencimento? Como é feita a política pública para que a formação dialogue com o que acontece em sala de aula?

**MR:** São estratégias diferentes. Porque a União tem uma influência nas universidades federais, de onde pode sair um pacto para mudar as licenciaturas. Sair do lado extremamente teórico – como mostra o trabalho da professora Bernadete Gatti<sup>1</sup> – e ter mais prática, ter mais a realidade da sala de aula. As universidades estaduais têm hoje um papel muito mais importante, a meu ver. Elas têm dado uma contribuição muito maior à formação dos professores,

---

1. Bernadete Gatti é especialista em formação de professores, avaliação educacional e metodologias da investigação científica. Doutora em psicologia pela Universidade de Paris VII (França), com pós-doutorados na Universidade de Montreal (Canadá) e da Pensilvânia (EUA), é diretora vice-presidente da Fundação Carlos Chagas (FCC). Em 2009, coordenou um estudo que se tornou referência no setor ao mostrar a situação da carreira docente e da formação de professores no Brasil, revelando, por exemplo, a dissociação entre a teoria ensinada nos cursos e a prática na sala de aula.

porque dialogam diretamente com as secretarias estaduais, fazem parte de um mesmo governo. O governo local deveria chamar as universidades estaduais e dizer: “Quero uma estratégia e um projeto articulado com a secretaria estadual de tal maneira que o professor da rede pública possa ter melhoria efetiva em sua formação e que case, portanto, com o seu desempenho em sala de aula”. Nesse sentido, deveríamos levar em conta o resultado das avaliações da Educação Básica, para saber efetivamente onde estão as lacunas da formação do professor e, assim, oferecer o remédio apropriado para o problema específico. A região Sul tem uma alta taxa de professores com pós-graduação, e muito disso se deve ao papel das universidades comunitárias. Há, então, várias situações. As universidades particulares estão fechando as licenciaturas, porque não tem havido o retorno financeiro que elas esperam. São estratégias, como eu disse, diferentes, que exigem um pacto nacional envolvendo governos nas três esferas e as universidades.

**AG:** Agora eu gostaria de sair do plano teórico, do que está escrito na lei, e ir para a prática. O senhor foi secretário da Educação em Pernambuco. Quais lições se pode tirar de experiências práticas de coisas que deram errado e que precisam ser consertadas para não repetirmos os mesmos erros nacionalmente?

**MR:** Eu observei que muitos colegas secretários eram contrários à formação de mestrado e doutorado para os professores da Educação Básica. Eles diziam, com alguma propriedade, que o professor, ao terminar o mestrado ou o doutorado, vai para o Ensino Superior, deixando a sala de aula. Essa é uma questão que precisa ser enfrentada. O mestrado e o doutorado precisam se relacionar com as necessidades em sala de aula. Caso contrário, o aluno de pós-graduação será um pesquisador. Em primeiro lugar, a formação dada pela universidade tem que dialogar com as necessidades da escola pública. Em segundo, é necessário que os governos tenham planos de carreira capazes de manter motivado esse professor pós-graduando na sala de aula. Muitas vezes a ausência do plano de carreira, associada à formação continuada, faz com que esses professores, após a conclusão de seu curso de pós-graduação, de fato deixem de lecionar. É preciso que os governos tenham uma estratégia e um plano de carreira para fixá-los, como as universidades fazem.

As próprias universidades dispõem de estratégias para fixação de seus jovens, mestres e doutores. As secretarias de Estado deveriam ter o mesmo. As escolas em tempo integral podem ser um caminho estratégico para a fixação dos professores com a formação pós-graduada. Criando a nova carreira de professor em tempo integral, em que haja dedicação não somente ao ensino, mas também à produção de novos conhecimentos, de inovação e de um novo ensino do século XXI. Eu diria que, para que a Educação melhore, a estratégia é articular formação, plano de carreira e inovação.

**AG:** Como avaliar os cursos que vão formar os professores em sala de aula no nível de pós-graduação?

**MR:** Quando o País percebeu que havia mais de 500 mil professores leigos, sem nível superior, ofereceu a eles cursos sem um planejamento que casasse oferta com qualidade. Deixou-se de fazer um planejamento associado para que fosse fechada a torneira de professores sem a formação adequada. Pior, não se planejou como formá-los. A questão da qualidade coloca-se de forma extremamente preocupante, associada à questão da regulamentação dos cursos oferecidos. Uma coisa casa com a outra.



# Professores mais bem remunerados

Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente até o final do sexto ano da vigência deste PNE.

## ENTREVISTA DE ANNA HELENA ALTENFELDER

*Doutora em Educação pela PUC-SP, é superintendente do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).*

**ANTÔNIO GOIS (AG):** A remuneração do professor gira em torno de 60%, em média, do que recebem os demais profissionais com diploma de nível superior. Temos aí um longo caminho a percorrer. A meta 17, que visa equiparar o salário de um professor ao dos demais profissionais com escolaridade semelhante, fixa o ano de 2020 para o seu cumprimento. No ritmo atual de melhoria, a meta é viável?

**ANNA HELENA ALTENFELDER (AA):** Quando falamos em metas e na viabilidade das metas, temos que pensar no Plano Nacional de Educação como um todo. O PNE como um todo prevê recursos de 10% do PIB para a Educação e a cooperação entre estados, municípios e a federação. A própria estratégia da meta 17 prevê o apoio da União para aqueles estados e municípios que não tiverem condição de cumprir isso. Pensando numa política mais ampla, na execução do PNE como um todo, sim, eu acredito que é viável.

**AG:** A professora Luzinete Soares, da rede estadual do Rio de Janeiro, tem uma questão essencial, que exige uma resposta complexa e muito importante.



**LUZINETE SOARES:** De onde sairão os recursos para equiparar os salários de todos os profissionais com nível superior?

**AA:** É uma pergunta pertinente. Cabe a nós, educadores e professores, acompanhar o cumprimento da meta. Como eu disse antes, há recursos previstos da União e existe a arrecadação dos estados e dos municípios. Ou seja, é uma questão de gestão, de uso eficiente das verbas disponíveis, de vontade política, de priorizar realmente a Educação. Assim, qual é o papel do educador, o papel do professor? O papel do professor, via sindicato e outras organizações das quais participa, é exercer o controle social no sentido de garantir que as estratégias das metas sejam cumpridas.

**AG:** O objetivo da meta 17 não é simplesmente aumentar o salário do professor: é aumentar o salário do professor esperando que isso vá refletir numa melhoria da qualidade da Educação em sala de aula. Não é automático. Como garantir que aconteça? São mudanças de curto ou longo prazo?

**AA:** Quando falamos em aumento de salário do professor, nós não nos referimos apenas ao aumento de salário que é do interesse da própria categoria. Isso é muito importante, e eu acho que o professor deve ter também essa consciência. Porém, do mesmo jeito que ele precisa exercer o controle social, ele deve ter clareza de que o aumento do salário visa à melhoria da qualidade da Educação, garantindo o direito de aprendizagem a todos os meninos e todas as meninas no País. Esse direito de aprendizagem é maior do que tudo. Isso é que deve estar no foco e no fim. Por que aumentar o salário dos professores? Porque professores mais bem remunerados têm mais condição de exercer sua atividade e de ajudar e possibilitar que todos possam aprender e se desenvolver. É esse o sentido. Quando falamos de salário, estamos falando de toda uma condição de trabalho, que passa pelo salário, pela carga horária, pela formação, pelo apoio. Para exercer sua atividade, o professor necessita de condições de trabalho. Condições essas que permitam a ele planejar, preparar suas aulas, acompanhar a aprendizagem do aluno, atualizar-se, ter momentos de troca com os outros educadores, professores e colegas para ajudá-lo a pensar nos impasses e nos desafios. A atividade docente é muito desafiadora e muito exigente. Para exercê-la como deve ser, esse apoio é necessário. É a isso

que nos referimos quando falamos de uma carreira, de condições que, sem dúvida nenhuma, envolvem o ganho dos professores.

**AG:** Há quem diga, porém, que aumento de salário não significará qualidade, porque há redes que pagam salários melhores e têm resultados piores. Há quem diga que não existe correlação entre o desempenho e o aumento do salário do professor. Como garantir aumento de qualidade decorrente do aumento salarial?

**AA:** Esse discurso, que na maioria das vezes não vem de setores da sociedade ligados à Educação, está atrelado a uma fala muito comum sobre Educação que isola fatores. Um exemplo muito bom disso é a dicotomia incrível que existe entre gestão e mais recursos: “Não precisa de gestão, precisa de mais recursos; não precisa de mais recursos, não precisa de gestão”. É uma dicotomia falsa e um desserviço à discussão sobre Educação. É preciso haver mais recursos e haver gestão. Apenas o aumento do salário do professor – sem outras medidas, como melhores condições de trabalho e de formação, uma política de currículo, Currículo Lattes, orientações – não garante melhoria de qualidade do Ensino. O aumento do salário, por si só, não resolverá todos os problemas da Educação. Mas ele é uma condição importante e essencial. Nós não podemos jogar fora essa possibilidade pelo fato de algumas redes terem o salário melhor sem a contrapartida dos resultados. É preciso ver o conjunto de valores. O aumento salarial é um dos fatores importantes nesse conjunto.

**AG:** A própria estratégia da meta fala da necessidade de criar planos de carreira. No início, o diferencial do professor em relação às outras carreiras universitárias é menor. Ao longo do tempo, o salário dele vai ficando cada vez mais defasado. Como garantir que ao longo da carreira a distância não aumente?

**AA:** Existe uma piada, entre nós professores, de que carreira de professor é ficar velho. No início da carreira, o salário não é tão diferente. Ao longo do tempo, porém, isso vai se acentuando. É preciso pensar na carreira não só em termos de aumento do salário, mas em relação a novos desafios. O professor, depois de um tempo de sala de aula e de exercício da atividade docente, tem condições de assumir outras tarefas, como, por exemplo, formar seus colegas. Isso já acontece dentro das escolas. Pesquisas mostram que

os colegas mais velhos têm um papel muito importante na formação dos colegas mais jovens. Então, pode-se institucionalizar isso, dando um desafio para o professor. Ele não precisa sair da sala de aula, mas pode, por exemplo, assumir tarefas na formação dos colegas. Ou ele pode assumir desafios, como trabalhar em escolas em territórios mais vulneráveis, com alunos que têm algum tipo de dificuldade de aprendizagem. Essa é uma experiência importante. Hoje acontece exatamente o oposto. Quem é que dá aula nas escolas mais vulneráveis, que têm desafios imensos? São os professores mais jovens, com menos pontos de carreira. Isso poderia ser invertido. Atuar nessas escolas deveria significar um desafio profissional, porque exige maior qualificação. Talvez isso pudesse trazer também uma progressão na carreira de diferentes formas.

**AG:** E associar a remuneração ao desempenho do professor em sala de aula?

**AA:** A questão do desempenho do professor em sala de aula não pode ser pensada sem se tocar na questão da equidade. Os professores que atuam em contextos mais difíceis podem ter um rendimento menor do que os colegas que atuam em contextos mais favoráveis. Usar como medida apenas o Ideb é um equívoco muito grande, porque não ajuda a alcançar o objetivo de oferecer uma Educação de qualidade para todos. Se dermos remuneração extra para os professores bem-sucedidos, como ficam os alunos dos professores que não alcançam isso? Podemos ferir o direito de todos aprenderem.

**AG:** Quanto mais básico o nível de ensino, menor é a remuneração. Os professores de Creche recebem menos do que os da Educação Infantil, que recebem menos do que os do Fundamental, que recebem menos do que os do Ensino Médio. Isso não é equívocado?

**AA:** Sem dúvida. Isso é partir do pressuposto de que é mais fácil educar crianças de Educação Infantil ou de creches do que do Ensino Médio. Professor de Educação Infantil precisa ter grande conhecimento teórico sobre o desenvolvimento das crianças. Quando se trabalha com criança pequena, são necessárias uma presença e uma atenção constantes. Então, existe uma especialidade, sim. É falso supor que qualquer um pode cuidar de criança pequena, basta ter jeito, basta ter algum instinto maternal. O professor que

trabalha nesse segmento é um profissional que precisa ser reconhecido e valorizado como tal.

**AG:** Precisa ser bastante qualificado.

**AA:** Sim, precisa ser bastante qualificado. Pesquisas mostram a importância de uma Educação de qualidade nessa etapa da vida, em que a criança tem um potencial de desenvolvimento muito grande, inclusive para o sucesso nas etapas posteriores.

**AG:** Ou seja, o trabalho do professor no início vai ajudar o professor lá no final do Ensino Médio.



# Plano de carreira dos profissionais da Educação

Assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de carreira para os (as) profissionais da Educação Básica e Superior públicas de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos (as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do artigo 206 da Constituição Federal.

## ENTREVISTA DE ROBERTO FRANKLIN DE LEÃO

*Graduado em pedagogia e educação artística e especializado em gestão escolar, é presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).*

**ANTÔNIO GOIS (AG):** Há uma grande dificuldade na implementação da meta 18. Cada um dos 5.565 municípios dos 27 estados, sem falar da União, vai querer fazer um plano de carreira diferente. Como garantir que a meta seja efetivada em todos os municípios de todos os estados?

**ROBERTO FRANKLIN DE LEÃO (RL):** A CNTE acredita que foi um grande avanço o Plano Nacional de Educação ter incluído a meta 18, sobre os planos de carreira para profissionais da Educação. É importante esclarecer que a meta fala de profissionais da Educação, incluindo trabalhadores que não estão na sala de aula, como aqueles que atuam na parte administrativa. Teremos um enfrentamento muito grande com estados e municípios, porque cada estado e cada município tem, por força do pacto federativo, o direito de legislar sobre seus funcionários. Haverá uma luta para que consi-

gamos diretrizes nacionais orientando a construção dessas carreiras. É preciso contemplar elementos básicos como, por exemplo, ingresso por meio de concursos públicos, lei do piso salarial, mecanismos claros de promoção. O trabalhador deve ser estimulado a permanecer na carreira da Educação. Deve fazer um percurso ao longo de sua atuação profissional que lhe dê satisfação, para que possa exercer o seu trabalho com qualidade. Dessa forma, teremos uma Educação pública com qualidade, que é o desejo de todos nós.

**AG:** Como essa valorização do professor poderá fazer com que ele permaneça em sala de aula?

**RL:** Hoje, o mecanismo de evolução na carreira faz com que tiremos da sala de aula o bom alfabetizador, o bom professor de matemática, de química, de história, de artes, para transformá-lo em diretor ou supervisor. Isso é contraproducente, não é bom. Muitos dos diretores eram excelentes professores e terminam não sendo bons diretores. A mesma coisa ocorre com supervisores. Nossa proposta é que seja possível manter em sala de aula o professor que queira continuar nela, permitindo que ele atinja o ápice de sua carreira e se aposente como professor. É uma visão de carreira aberta, que valoriza o professor na sala de aula. Se ele não quiser deixar de lecionar para ser diretor ou supervisor, pode atingir o topo da carreira permanecendo em sala de aula.

**AG:** A professora Ana Maria Magaldi, da Faculdade de Educação da Uerj e coordenadora do curso de pedagogia presencial, tem uma pergunta justamente sobre a valorização do profissional de sala de aula.

**ANA MARIA MAGALDI:** Os planos de carreira têm estimulado os professores a fazer mestrado e doutorado. Com muita frequência, eles acabam buscando caminhos que os afastam da escola básica. Isso acontece por conta da remuneração. Apesar de o plano elevar o salário, não o melhora a ponto de manter os professores na escola. Para haver uma valorização efetiva da carreira docente, não seria necessário equiparar os níveis salariais, independentemente da etapa de ensino em que o professor atua?

**RL:** É uma proposta que merece ser discutida e causará uma grande polêmica. Muitas vezes os professores e outros trabalhadores de Educação vão fazer uma pós-graduação, tornam-se doutores e

migram para a universidade ou para outra atividade. Sem dúvida isso tem relação com a questão salarial, com a realidade de hoje da escola básica, da escola pública brasileira. Os salários são baixos. Temos um piso salarial de R\$ 1.917,78. Esse valor é questionado por prefeitos e governadores, que o consideram muito alto e muitas vezes não o pagam. Não existe atração forte o suficiente para manter o profissional no Ensino Básico. É uma realidade muito triste. Temos que melhorar, sim, e muito, as possibilidades de uma carreira que atraia e possibilite a permanência dos trabalhadores nela. Como bem disse a professora Ana Maria, os profissionais qualificam-se, tornam-se mestres ou doutores e depois saem. Aqueles que se tornaram doutores têm muito a contribuir na melhoria da qualidade da Educação Básica, que é um grande pilar de sustentação para a Educação, posto que tudo começa na Educação Básica. Desde a nossa Creche até o Ensino Médio, a criança, o adolescente e o jovem estão se construindo, refletindo sobre como vai ser o futuro e recebendo influências que terão repercussão em sua vida. Isso deve ser feito por profissionais bem formados, capacitados para esse trabalho. A Educação pública brasileira sobrevive porque existe uma solidariedade muito grande entre aqueles que atuam na escola. Os profissionais têm que ser valorizados; caso contrário, não será necessário fazer pós-graduação, ser mestre ou ser doutor. Vão deixar a carreira porque não atraí, e eles precisam viver a vida. O jovem hoje já não quer mais atuar no magistério.

**AG:** Há quem defenda que o professor seja remunerado de acordo com os seus resultados, avaliando o quanto os alunos aprenderam. É uma discussão bastante polêmica. Outros acreditam que a valorização ao longo da carreira deva se dar, principalmente, pela quantidade de títulos. O que a CNTE aposta ser adequado para valorizar o professor, sem perder de vista também o seu resultado, o seu trabalho em sala de aula?

**RL:** A avaliação também é um tema bastante polêmico. A CNTE não é contra a avaliação, mas se opõe ao modelo utilizado. Consideramos que a avaliação não pode perder nunca o caráter pedagógico, ou seja, ela precisa ser algo que venha para corrigir rumos e melhorar o desempenho; não deve ser usada como política salarial.



Até porque é injusto, na medida em que se avaliam os alunos e eles sofrem influência de variáveis de fora da escola que acabam se refletindo na aprendizagem. Bônus e gratificação não fazem parte do nosso universo de reivindicação; queremos política salarial. Bônus e gratificação não são considerados quando a pessoa se aposenta. Sobre eles não incide nenhuma vantagem que um funcionário possa vir a ter durante a sua carreira. Valorizar o trabalhador é dar a ele boas condições de trabalho, bom salário e formação continuada, aproveitando a experiência desse trabalhador. Não vale a pena ficar avaliando em larga escala e de forma padronizada. Uma das grandes defensoras desse modelo, a educadora norte-americana Diane Ravitch,<sup>1</sup> já condenou isso, porque, para ela, esses testes não resolvem problemas de qualidade na Educação.

**AG:** O que a CNTE propõe? Quanto mais experiente o professor, e maior sua vivência em sala de aula, maior será o seu salário?

**RL:** Devemos ter uma discussão mais ampla sobre o processo de avaliação de um professor. É necessário considerar sua titulação, suas experiências dentro da escola, os projetos que desenvolve e têm resultado positivo na aprendizagem dos alunos, na relação com a comunidade escolar. Tudo isso deve ser levado em conta. Precisamos entender também que o sistema tem que ser avaliado, não só a escola. O sistema cria muitas novidades e destina a elas investimentos com dinheiro público. Muitas vezes, essas novidades não são avaliadas. A cada troca de governo, a cada novo secretário vem uma novidade, e depois não se avalia. É necessário haver uma avaliação geral no sistema, diferente daquela que busque dados estatísticos para dizer que a escola melhorou, que a Educação melhorou ou piorou. A avaliação tem que ter, como foco principal, o aumento da qualidade da Educação. Corrigir rumos. Melhorar o entrosamento na escola. Melhorar a relação entre professores, funcionários, alunos, comunidade. Aí teremos escola de qualidade. A escola precisa ter autonomia, inclusive, para tomar determi-

---

1. Ex-secretária-adjunta de Educação na administração de George Bush, Diane Ravitch é historiadora da Educação. Reviu sua posição favorável à política de premiar e punir professores a partir dos resultados de avaliação ao lançar o livro *Vida e morte do grande sistema escolar americano: como testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a Educação* (Porto Alegre: Editora Sulina, 2011).

nadas atitudes, cujo objetivo é a melhoria da aprendizagem.

**AG:** Uma das estratégias dessa meta sugere a criação da prova nacional de admissão de professores, que poderia ser utilizada por diversos municípios. Qual a posição da CNTE sobre isso?

**RL:** A CNTE defendeu essa prova como um meio de melhorar o ingresso, porque sabemos que muitos municípios não têm a necessária competência técnica para elaborar uma avaliação assim. Com isso, acabam caindo na mão de aventureiros que vivem perambulando pelo Brasil, oferecendo planos de Educação e elaboração de testes. Uma prova nacional que seja simplesmente para ingresso, que não tenha caráter de avaliação, não é o problema, desde que o município ou o estado possam aproveitar o resultado dela e incluir elementos de sua realidade para o processo de contratação desse profissional. Não é avaliação. Ficou muito claro no debate feito no MEC que não poderia ser considerada avaliação.



# Gestão democrática das escolas

Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

## ENTREVISTA DE CLEUZA REPULHO

*Mestre em Educação, arte e história da cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (SP), é ex-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).*

**ANTÔNIO GOIS (AG):** Você, que acompanhou bem a concepção do Plano Nacional de Educação, pode nos explicar o que os redatores do PNE quiseram dizer com gestão democrática nas escolas, tema da meta 19?

**CLEUZA REPULHO (CR):** A questão da gestão democrática tem muito a ver com a participação das famílias, sempre muito cobrada, mas raramente oferecida. As escolas pouco se abrem para a comunidade. A meta visa a que professores, diretores, coordenadores e comunidade escolar possam resolver, de maneira democrática, os seus problemas. Isso começa na organização dos conselhos de escola, na participação durante a reunião de pais e mestres. É comum fazer reunião em dias e horários em que os pais estão no trabalho. Como pedir a participação democrática desses pais? A meta visa organizar o dia a dia e evitar a indicação política e político-partidária dentro das escolas.

**AG:** A indicação política ocorria principalmente para a escolha do diretor. Há quem defenda a eleição direta dentro das escolas. Ou-

tros preferem uma indicação técnica, de modo a garantir que o indicado seja um técnico. Qual modelo é melhor? Técnico escolhido por concurso ou o eleito pela comunidade?

**CR:** Nós discutimos muito isso na Undime, e a proposta foi o caminho do meio, o híbrido entre essas duas propostas. Primeiro, os candidatos devem passar por formação técnica e por uma avaliação que possa determinar se eles têm, de fato, condição de dirigir uma escola. Um diretor de escola gerencia crises, gerencia pessoas, gerencia recursos. Algumas redes fazem uma seleção entre seus profissionais, uma prova, e depois as pessoas são indicadas. Existem redes que fazem a seleção, fazem a prova, e depois esses candidatos disputam a eleição. Aí a comunidade, entre os aprovados ou certificados – há redes trabalhando com certificação –, escolhe o diretor.

**AG:** A professora aposentada pelo município do Rio de Janeiro Gisa Linhares tem uma pergunta sobre esse ponto.

**GISA LINHARES:** Vocês não acham que a gestão democrática ficou comprometida, na medida em que a comunidade escolar não poderá escolher livremente quem vai dirigir a escola?

**CR:** Qualquer que seja a forma de escolha do diretor, haverá problemas. É preciso ficar muito claro, principalmente nas redes públicas, que as escolas são autônomas, mas não são independentes. Fazer parte de uma rede significa ter os mesmos valores, os mesmos objetivos. É muito complicado deixar essa escolha acontecer livremente, sem nenhum critério. Isso pode acabar reproduzindo o que já ocorre em algumas cidades, ou seja, a partidarização. Nesses casos, todas as questões locais da política acabam interferindo na escola. Há escolas que são loteadas por vereadores, e aí os diretores viram reféns de quem os elegeu, o que compromete todo o trabalho. Então, nem uma coisa nem outra. É importante encontrar, em cada comunidade, em cada rede, qual o melhor modelo. “Livremente” não significa estar apartado da secretaria da Educação, de um programa de governo no qual aquela população votou.

**AG:** Pode-se pensar que se é eleição direta, então há proteção contra o aparelhamento político. No entanto, há relatos de que vereadores conseguem interferir no processo, afetando o funcionamento da escola, que fica contaminada por alguns vícios da política. Como se dá esse loteamento e como evitá-lo?

**CR:** A escola reproduz a sociedade onde ela está inserida. Em alguns lugares, há ainda questões dominantes da política local que influenciam o dia a dia da escola. Eu, que viajo pelo Brasil inteiro por conta da Undime, conheço locais em que a pseudodemocracia é utilizada para manter o poder dentro das unidades escolares. A meta 19 quer evitar a indicação política direta e o loteamento das escolas. Quer encontrar um caminho em que a comunidade escolar e a comunidade no entorno da escola possam trabalhar juntas. Assim, a pessoa que vai exercer o poder e principalmente a coordenação do trabalho será coerente com os princípios da escola pública.

**AG:** Até agora falamos muito da escolha do diretor. No entanto, participação democrática significa também participação dos pais e dos alunos. Uma das estratégias dessa meta é o incentivo da participação das associações de pais e mestres e de grêmios estudantis. Como fazer isso na prática? Há pais participativos e escolas receptivas, mas existem pais que não são tão participativos ou escolas refratárias a eles. Como estimular isso em todas as escolas?

**CR:** Muitas vezes, os diretores referem-se às comunidades escolares como “os meus professores, a minha escola, os meus alunos”. Atrás disso tem uma questão de poder que é secular no Brasil. A escola, por muito tempo, foi uma ilha, protegida de algumas questões e apartada de certos problemas. Quando se fala de gestão democrática, o diretor precisa ter o conceito de comunidade escolar. Marcar conversa com as famílias em horário que os pais estão trabalhando não vai aproximá-los da escola. Sem fazer um levantamento da escolaridade das famílias, fica difícil mandar um bilhete e querer que todo mundo participe. Sem saber se os pais são alfabetizados, não se pode cobrar das crianças certas questões. O diretor, então, precisa administrar todos esses conflitos. Precisa trazer as famílias para a escola sem transferir para elas uma responsabilidade que é dos profissionais da Educação, disfarçada de trabalho voluntário. Muitas vezes é a mãe que garante a merenda, a mãe que bate o sino dos horários, a mãe que resolve o dia de reunião. Não é isso. É preciso discutir o que a família pode fazer em colaboração com a escola. Não se pode delegar às famílias ações que são profissionais. O tema mais trabalhado pelo PNE em suas 20 metas foi a profissionalização da Educação. Evitar a questão da vocação,

do amor, e tratar a Educação de maneira profissional. Da mesma forma como ocorreu com o Mais Médicos, precisamos pagar bem para ter gente nas unidades. A rede da qual sou secretária fica em uma grande cidade, paga o dobro do piso, tem plano de carreira e não consegue completar o quadro. Ou o Brasil coloca esse PNE de fato para andar ou teremos sérios problemas na Educação.

**AG:** Você citou uma boa prática, que é não marcar uma reunião de pais num horário em que os pais estão trabalhando. Quais são outros bons exemplos? Colocar um profissional para atender os pais? Colocar uma sala para os pais? Como trazer os pais para esse ambiente?

**CR:** A existência da escola integral está permitindo que muitas redes trabalhem melhor com as famílias. E por que isso? Porque nós não temos no Brasil estrutura para as crianças ficarem em período integral em todas as unidades escolares, já que há classes pela manhã, à tarde, à noite e às vezes em horários intermediários. Então, o uso dos espaços da comunidade está fazendo com que a comunidade se aproxime da escola, e a escola comece a ver processos educativos na comunidade. Isso é fundamental.

**AG:** Uma das estratégias da meta 19 fala em garantir a autonomia das escolas. A meta 7, por outro lado, menciona a necessidade de haver uma base curricular comum nacional. Há quem veja um conflito nessas estratégias. Ou seja, se houver imposição de uma base curricular comum, está-se desrespeitando a autonomia das escolas. Como harmonizar essas estratégias diferentes no PNE?

**CR:** Não estamos tratando de imposição de currículo, mas sim de haver um currículo. Todos os países que avançaram em Educação têm um currículo. Nós temos que ter um que respeite as diferenças regionais, mas que garanta ao aluno aprender leitura e escrita, as quatro operações, as fórmulas de química e física. Isso é comum em qualquer lugar do mundo e não tira a autonomia dos professores. Ao contrário, professores e profissionais da Educação nos dizem que querem um currículo. Hoje quem faz isso é o livro didático ou o material apostilado. Algumas redes construíram seu currículo por iniciativa própria. Isso não tira a autonomia do professor: colabora com o trabalho dele na sala de aula. É bom lembrar que uma das preocupações do Plano Nacional de Educação é

a formação inicial desses professores, que muitas vezes é ruim. A maioria das redes hoje recebe professores que precisam passar por formação antes de assumir uma sala de aula. A escola precisa de autonomia, mas não pode ser independente. Ela está ligada a uma rede de ensino. Senão, começaremos a ver aquelas ilhas da fantasia em algumas redes, e quando você vai visitar uma cidade, é sempre aquela escola com Ideb 7 que é apresentada. Não interessa que na mesma cidade haja outra escola com Ideb 3. O maior desafio do PNE hoje é a equidade. Garantir que todas as crianças tenham boa Educação, independentemente de sua origem, do local onde moram e da escola que frequentam.





# Aumento do investimento em Educação pública

Ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País, no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

## ENTREVISTA DE DANIEL CARA

*Doutorando em Educação pela USP, mestre em ciência política pela USP, é coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.*

**ANTÔNIO GOIS (AG):** Daniel, vocês, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, acompanharam bastante a discussão sobre todo o PNE e especificamente sobre a meta 20, que trata da destinação de parte do PIB para a Educação. Ouviram muitos argumentos contrários a aumentar o financiamento à Educação. Há quem diga que existem evidências de que colocar mais dinheiro na Educação hoje no Brasil seria jogar verbas públicas pelo ralo, que outros países desenvolvidos já gastam o que o País gasta e alcançaram metas de qualidade sem ter que aumentar os recursos. Como vocês respondem a esses argumentos e seguem defendendo a importância de aumentar o investimento na Educação?

**DANIEL CARA (DC):** Nossa participação no Plano Nacional de Educação começa em 2007, até antes de o governo editar uma proposta de plano. Queríamos construir um plano em que as metas anteriores representassem um conjunto de desafios que depois teria que ser viabilizado por um volume de recursos. Quando falamos em

10% do PIB, estamos falando do cumprimento das outras 19 metas. Não dá, por exemplo, para equalizar o salário dos professores com as demais profissões sem garantir um aumento de recursos para isso. Não dá para criar 14 milhões de matrículas em Educação de Jovens e Adultos, dois milhões de matrículas em Ensino Superior público, um milhão no Ensino Técnico Profissionalizante, assim como não dá para melhorar a qualidade da Educação das matrículas que já existem sem prover mais recursos. A ideia dos 10% do PIB é dar conta dessa demanda.

**AG:** Olhando os indicadores do próprio MEC, houve um aumento significativo de recursos nos últimos 10 anos. O investimento por aluno na Educação pública no Brasil mais do que dobrou, apesar de haver quem diga que continue muito baixo. No entanto, a gente não vê melhoria no ensino. Continuamos aflitos com os maus resultados do Brasil no Ideb e em outras avaliações. Por que o aumento de recursos da década passada ainda não se traduziu em melhorias? Que garantia temos de que o aumento dos recursos vai se traduzir em melhor qualidade?

**DC:** Comparando com o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, a qualidade da Educação melhorou um pouco. O problema é que o nosso ponto de partida era muito ruim. Temos, assim, um desafio de melhorar ainda mais. O que dá para dizer é que o País estava e ainda está dando conta de uma demanda reprimida. Vem melhorando a estrutura das escolas, o que verificamos sempre que fazemos visitas. Claro que há péssimas escolas, escolas de lata, inclusive em São Paulo, que é a cidade mais rica do País. Aos poucos, as coisas estão melhorando, mas, para que se dê um salto, é preciso pelo menos duplicar o investimento por aluno ao ano. Que é mais ou menos o que demanda o PNE. Nestes próximos 10 anos, mesmo com 10% do PIB não seria possível duplicar esse investimento por aluno, porque o Brasil ainda tem uma grande demanda de criação de matrículas; mas vai-se chegar muito próximo disso. Acredito que com um PNE e meio, ou seja, este PNE e mais metade do próximo, estaremos numa situação muito melhor.

**AG:** Um aluno de geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Gabriel, tem uma questão sobre a origem dos recursos para a Educação.

**GABRIEL:** De onde virão os recursos para completar os 10% do PIB para a Educação?

**DC:** A princípio, a ideia é que venham do orçamento da União. Esse orçamento já daria conta dos 10% do PIB. É claro que, quando se fala do orçamento da União, é preciso considerar todas as obrigações da União. O que se sabe é que ela faz muito pouco em Educação e Saúde. Poderia fazer mais. Com o orçamento disponível hoje, daria para acrescentar, pelo menos, 2% do PIB imediatamente. Por imediatamente, queremos dizer no período de um mandato.

**AG:** Sem contar com novas receitas?

**DC:** Sem contar com novas receitas. Com o orçamento da União, seria possível saltar dos 5,3% do PIB que hoje são investidos para 7,3% durante o mandato da presidente Dilma Rousseff. A questão do petróleo, que era uma grande alternativa, só virá, efetivamente, a partir de 2020, quando o poço de Libra, localizado no pré-sal da baía de Santos, começará de fato a ser explorado. O problema é que o preço do petróleo está muito baixo. Então, o cenário que se apresenta é que se consiga explorar a reserva de Libra com viabilidade mais ou menos em 2022, se esse cenário de preço do petróleo se mantiver – e há uma grande tendência de que ele se mantenha, por causa da pressão dos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), grandes produtores de petróleo do mundo. Pensar em novos recursos vindos da União provenientes da exploração do petróleo não é muito animador hoje. Porém, ainda existe essa possibilidade, que, ao final do Plano Nacional de Educação, poderia adicionar mais ou menos 1% do PIB, totalizando 8,3% para a Educação. É possível, também, pressionar estados e municípios que têm maior arrecadação a fazerem a sua parte e investirem mais em Educação. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que é do governo federal, diz ser possível investir 10% do PIB em Educação. Ou seja, é um órgão de inteligência do governo federal, vinculado à Presidência da República, que de maneira independente fez os cálculos e disse que é viável.

**AG:** Somos um País profundamente marcado pelas desigualdades, e o próprio financiamento da Educação é marcado por disparidades. De que maneira esse financiamento deveria atuar para reduzir as desigualdades do País?

**DC:** Existe até uma estratégia do PNE, a 20.12, que determina isso. A ideia é fazer com que o Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi) – cálculo criado pela campanha e que consta de outra estratégia, de número 20.6 – viabilize para todos os estudantes brasileiros uma escola com padrão mínimo de qualidade. Isso significa professores recebendo um salário adequado, política de carreira, escolas com bibliotecas, laboratórios de informática, laboratórios de ciências, quadra poliesportiva coberta, número adequado de alunos por turma. Todas as escolas deveriam oferecer esse padrão mínimo. Se isso ocorrer, obrigatoriamente as desigualdades diminuirão de maneira radical. Precisaremos de 1% do PIB para criar uma fórmula que permita a todas as escolas já existentes alcançar esse padrão. Para oferecer o mesmo padrão a todas as escolas que ainda precisarão ser criadas, será necessário mais 1% do PIB. Quando dizemos que a União pode contribuir com 2% do PIB imediatamente, isso significa que o País conseguiria alcançar até 2018 esse padrão de qualidade na Educação Básica. É claro que ainda existe o desafio do Ensino Superior, que é muito grande. O País também precisa criar 14 milhões de matrículas de Educação de Jovens e Adultos, o que custaria quase 1% do PIB de investimento. Então se explica mais ou menos a conta dos 10% do PIB, junto com a Educação Técnica Profissionalizante de Nível Médio. Uma conta bem na ponta do lápis, e não é algo que vai fazer com que o Brasil seja o País mais desenvolvido em termos educacionais. Ele vai superar um pouquinho o que existe na região. Chile, Uruguai e Argentina têm uma situação melhor que a nossa. A ideia é que, graças ao PNE, o Brasil se aproxime e, muito provavelmente, ultrapasse esses países em termos de qualidade da Educação.

**AG:** Vocês da campanha brigaram muito pelo Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi). Qual foi a resistência que encontraram para incluir o CAQi nas estratégias do PNE? O CAQi consta do PNE, mas precisa ser definido. Enfim, ainda é uma luta em progresso. Qual é a luta de vocês hoje?

**DC:** O CAQi está definido por uma resolução do Conselho Nacional de Educação que o Ministério da Educação ainda precisa homologar. Mas a Conferência Nacional de Educação de 2014 determinou a obrigatoriedade de o ministro homologar o parecer do CAQi. A

resistência basicamente é que o governo federal quer manter o poder de placa, ou seja, quer ter a chance de fazer inauguração de escolas e dizer que transfere recursos para os municípios como um favor político. O governo escolhe os municípios que considera elegíveis para receber recursos – e normalmente isso atende a critérios político-partidários – e transfere-os, seja para os próprios municípios, seja para aqueles estados que compõem sua base eleitoral. Não estou falando só da presidente Dilma. Estou falando do presidente Lula, do Fernando Henrique Cardoso, do Itamar Franco, do Fernando Collor de Mello e do José Sarney; desde a redemocratização é assim. Essa é uma prática anterior ao regime militar, tradicional na política brasileira. O CAQi vai fazer com que a transferência dos recursos seja produzida de maneira criteriosa e atenda a um padrão mínimo de qualidade. Com isso, todos os estados e municípios que precisam de recursos irão recebê-los, inclusive São Paulo. É claro que a grande demanda está nas regiões Norte e Nordeste, porém mesmo no estado do Rio de Janeiro há municípios que precisam do apoio do governo federal. Como é um critério extremamente objetivo de transferência de recursos, o governo federal perde o poder de usar dinheiro público para atender melhor aos seus interesses políticos. Isso é uma mudança na cultura política do Brasil. O problema do CAQi não é falta de vontade de investir em Educação, é falta de vontade ou dificuldade de fazer uma transferência que não atenda a critérios eleitorais. Esse é o ponto central e, na minha opinião, o grande problema da política brasileira.

**AG:** O Plano Nacional de Educação é lei, mas ele não prevê punição de nenhum gestor. O que vai acontecer na prática com um gestor que não cumprir as metas, além de se expor à pressão da sociedade? Na outra ponta, uma das estratégias da meta 20 prevê uma lei de responsabilidade educacional. O que está por trás disso? Para vocês da campanha, o que seria importante?

**DC:** A lei de responsabilidade educacional tem duas vertentes. A primeira é criar uma lógica para que a lei de responsabilidade fiscal não atinja a Educação da maneira como ela atinge hoje. Atualmente, há um limite para valorização dos profissionais. É preciso pagar melhor os professores e haveria condição para isso, mesmo

num cenário de crise para os próximos anos. A segunda vertente com a qual a lei de responsabilidade educacional deve se preocupar é dar mecanismos de controle social para a população. Não é possível, até em termos jurídicos, punir o gestor que não cumpriu uma meta com perda de cargo ou com uma penalização de ordem civil. O que pode ser feito é criar mecanismos para que a sociedade se aproprie mais do orçamento e da gestão educacional, inclusive determinando critérios de qualidade da Educação. O resultado disso é a punição que os políticos mais temem: a derrota nas eleições. Há uma pressão muito forte do Congresso Nacional em relação à lei de responsabilidade educacional, mas que é muito demagógica. É uma lei que na prática, hoje, não vai ter efeito nenhum. O ponto central é que, com a tramitação dessa lei no Congresso Nacional, criam-se tantos atenuantes a essa proposta que ela está se tornando uma lei para inglês ver. Ela não terá nenhum tipo de influência real; qualquer político pode se prender àqueles atenuantes. Na minha opinião, o Brasil deve trilhar o caminho que os países do norte da Europa, especialmente Finlândia, Noruega e Suécia, percorreram. É um caminho de transparência na gestão, em que a imprensa, a população, os conselhos municipais e estaduais e os conselhos de controle social consigam mostrar que há problemas no uso do recurso, na forma como se administra a Educação.

# Política que vem da sociedade

Entrevista com o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro

“A grande questão é a seguinte: a sociedade tem de se convencer de que o dinheiro para Educação é um bom investimento. A responsabilidade de União, estados e municípios é aplicar bem os recursos. Por isso temos que aprimorar a política de transparência dos gastos. Assim mostramos à sociedade que aquilo que ela deseja, que é uma Educação melhor, está caminhando.”

## ENTREVISTA DE RENATO JANINE RIBEIRO

*Doutor em filosofia pela USP e professor titular de ética e filosofia política, é ministro da Educação.*

**ANTÔNIO GOIS (AG):** Ministro, começo com uma pergunta essencial e bem direta. Qual o grau de prioridade que o governo dá ao Plano Nacional de Educação?

**RENATO JANINE RIBEIRO (RJ):** Total. A Presidência tem sempre insistido que um dos compromissos vitais do Brasil hoje é com a Educação. Além de ser um compromisso de governo, essa é uma política de Estado, porque foi votada no Congresso, com maioria esmagadora, foi sancionada pela Presidência da República sem nenhum veto e emana de discussões que houve no País todo. Eu diria que é uma política que congrega União, estados e municípios. Mais do que isso, é uma política que vem da sociedade. O grande ator é a sociedade. Haverá ações cada vez mais convergentes entre os três níveis de governo, mas o principal é que a sociedade brasileira assuma claramente seu compromisso com a Educação.

**AG:** Não é a primeira vez que temos um Plano Nacional de Educação. Na década de 2000, foi aprovado um plano, que virou letra morta. Dez anos depois, ninguém se lembra dele e nada aconte-



ceu. No Plano atual, houve muito mais mobilização. Mas, para o Plano existir, é preciso, obviamente, colocá-lo em prática. Como o MEC tem se estruturado para cumprir e monitorar as políticas públicas necessárias para atingir cada uma das metas?

**RJ:** O MEC tem uma secretaria especialmente voltada para a articulação com estados e municípios. Essa secretaria está trabalhando diretamente com governadores, prefeitos e respectivos secretários da Educação, identificando qual é a parte de cada um deles no processo. O ministério fornece instrumentos e material para discussão, costura conversas com os outros atores, faz reuniões para que todos se envolvam. Porque esse é um Plano Nacional, não é um Plano Federal. Essa é uma grande diferença. Exige que todo mundo se articule.

**AG:** A primeira meta do PNE trata da questão da Educação Infantil. No contexto da “pátria educadora”, não é apenas o Ministério da Educação que vai executar esse plano. Na Educação Infantil, há a questão do acesso às creches, mas há também o atendimento. Ou seja, a criança precisa estar bem alimentada e ter seus direitos de saúde assegurados. Como está sendo articulada essa ação no governo federal com outros ministérios para colocar de pé não somente o PNE, mas também esse conceito de “pátria educadora”?

**RJ:** No caso das creches e escolas para idade de 4 a 5 anos, estamos fazendo um trabalho grande para atingir as metas. A meta de 4 a 5 anos é muito ambiciosa. Em 2016, todas as crianças dessa faixa precisam ter acesso à Pré-escola. No caso da Creche, para os que estão abaixo dessa idade, a meta é menos ambiciosa, até porque 85% das crianças de 4 a 5 anos já têm pré-escola. No caso das creches, a meta até 2024 é de 50%. Como vamos fazer isso? É preciso envolver todos os atores. No governo, participam as áreas de Saúde e desenvolvimento social, mas deve-se levar em conta que a construção ou a operação de creches, muitas vezes, é estadual ou municipal. Quer dizer, é o caso típico em que o MEC propõe, induz e monitora, mas não irá manejar as creches nem dirigi-las depois. Temos uma oportunidade única para falar dessa articulação e desenvolver uma cultura de cooperação, que no Brasil às vezes é substituída por uma cultura de conflito ou de terceirização da culpa: “Quem errou foi fulano”. No bom sentido do termo, esta-

mos mais ou menos condenados: ou nos entendemos ou não conseguiremos avançar. Dentro do governo federal é mais fácil, mas entre governo federal, estados e municípios sempre é mais difícil.

**AG:** Não apenas em metas específicas, mas em quase todas as estratégias do PNE, há uma preocupação com a desigualdade. Como o Ministério da Educação tem trabalhado para garantir o alcance das metas quantitativas que dizem respeito ao acesso e à redução da desigualdade no País?

**RJ:** A desigualdade é um traço que marca a história do Brasil profundamente e continua presente. Há alguns anos temos políticas sistemáticas de combate à desigualdade. Uma das grandes mudanças, desde mais ou menos 2000, é que ninguém concorre a um cargo executivo no Brasil, seja presidente, prefeito ou governador, sem ter um compromisso com a redução da desigualdade; sem ter, por exemplo, um programa de inclusão social. Essa é uma mudança notável. Até um tempo atrás, esse era um assunto que podia ficar em segundo plano. Hoje é prioritário. Isso é muito bom. Significa que a sociedade começou a perceber que a desigualdade é intolerável, é insuportável, é uma ofensa. Dito isso, como o MEC procura lidar com a questão? Antes de tudo, temos uma secretaria voltada especificamente à questão da inclusão. É a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). Ela desenvolve programas de integração para as comunidades negra e indígena. Busca valorizar os quilombolas, que são uma parte da população negra, sem tirá-los da sua cultura. A Secadi desenvolve programas para os indígenas, que eram os donos da terra quando os portugueses iniciaram a colonização. A ideia é que possam conhecer suas próprias línguas e crescer dentro delas sem ter de escolher entre ser índio e atrasado ou ser aculturado, perder a sua identidade e conseguir uma integração subalterna na sociedade. A notícia boa é que a desigualdade foi se tornando intolerável. E a notícia boa adicional é que há programas consistentes contra a desigualdade. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) monitora de perto a questão da desigualdade e aponta problemas. Por exemplo, na faixa de 13-14 anos dividida por nível socioeconômico, nota-se que os quatro estratos superiores, ou 80% da população na Educação,

crianças cresceram nas avaliações de português, ao passo que os 20% que estão na posição de menor nível mantêm praticamente o mesmo desempenho na leitura de oito anos atrás. Detectado isso, é possível definir políticas. O Inep faz o levantamento do que está faltando nos lugares em que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e o Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) são muito precários.

**AG:** O PNE trata claramente a aprendizagem como direito. O acesso como direito está consolidado no Brasil por várias leis. Na prática, porém, é preciso avançar muito. É essencial haver uma discussão do que se espera que os alunos aprendam. A discussão da base curricular comum está numa das estratégias do PNE. Como será o debate para que o que está sendo ensinado em sala de aula mude de fato? E o que deve ser alterado?

**RJ:** A Secretaria de Educação Básica formou comissões que vão trabalhar propostas e planejou uma ampla discussão a ser consolidada no primeiro semestre de 2016. O objetivo não é impor nada, é importante ressaltar. O objetivo é oferecer um instrumento importante, que muitos professores, muitas escolas, muitas redes pedem, elaborado após intensos debates que ouviram as vozes mais diversas, mais antagônicas. Queremos ter um referencial, como existe em muitos países do exterior, de quais são os conhecimentos importantes para as crianças e os adolescentes. Por exemplo, quando um aluno deve aprender equação do segundo grau? Qual o conhecimento em matemática que é importante ter? Não somente o conteúdo, mas para quê. Para dar um exemplo muito óbvio, não basta a escola ensinar apenas a ler. O aluno tem que compreender e, a partir do que compreendeu, saber se comunicar, escrever um texto próprio. Essas questões precisam ser definidas de forma mais clara.

**AG:** Outra questão que apareceu em quase todas as 20 entrevistas que fizemos sobre o PNE é a necessidade de melhorar a formação dos professores. Esse diagnóstico não é de hoje. Há estudos que mostram que essa formação está dissociada da prática; existe um debate na sociedade. O difícil, porém, é fazer essa mudança acontecer na prática. Qual é a estratégia do MEC para discutir o que se espera de um professor que sai de uma faculdade de Educação?

Como fazer para que as universidades, que têm autonomia, encampem esse projeto de forma comum?

**RJ:** Na formação de professores, temos várias investidas a fazer. A primeira definição bastante clara é a do que se espera que um professor saiba, do que se espera que um professor faça. O PNE manda instalar comissões de acompanhamento. Vamos fazer isso e, cada vez mais, ofereceremos material que permita aos estados e municípios, com sua autonomia, e à rede privada saber como aprimorar a formação de professores. Assim, eles poderão melhorar em sala de aula. Também temos um projeto voltado à gestão. Pretendemos desenvolver um curso, provavelmente a distância, de formação de diretores para melhorar a qualidade de gestores da escola. Na sociedade atual, a gestão é um desafio enorme. Ela envolve uma série de conhecimentos especializados de economia e de administração que as pessoas normalmente não aprendem num curso de formação de professores. Essas iniciativas devem favorecer os interessados, sejam aqueles que desejam ser diretores de escola, sejam aqueles que estão formando diretores de escola, e também de forma livre. Quer dizer, quem quiser aderir, adere a isso. O objetivo de tudo isso é fazer que o aluno aprenda mais e melhor.

**AG:** Esse curso seria para diretores em atuação ou para novos diretores? Já está definido ou está ainda em discussão?

**RJ:** Há muitos modelos possíveis. Poderá qualificar os diretores já em exercício ou os novos. Lembre, a escolha de um diretor de escola é feita pelos estados e municípios. Nós não vamos fazer essa escolha. Mas se o município ou o estado quiser, por exemplo, utilizar esse curso como critério para escolha de diretores, estará livre para fazer isso. Nós ajudaremos.

**AG:** Ministro, há um grande entusiasmo com o PNE, porém existe a questão dos recursos. É preciso dinheiro para implementar o plano, e a meta é bastante ousada. Há dez anos, o gasto com Educação era de 4,6% do PIB. Hoje estamos em 6,6%. Uma das metas mais criticadas por alguns setores da sociedade é a de chegar ao fim do plano investindo até 10% do PIB em Educação. O Brasil vive um cenário econômico muito complicado. Pensando num horizonte maior, o senhor acha que é viável essa ampliação para até 10% do PIB?

**RJ:** Em cerca de dez anos, passamos de 4,6% para 6,6% do PIB, o que são dois pontos percentuais lineares, mas um crescimento de 40% sobre o que tínhamos. Ou seja, o Brasil aumentou em 40% o investimento na Educação. Ir de 6,6% para 10% pode parecer muito, e de fato é, mas é um esforço possível para a sociedade brasileira. Não estou falando do Estado, porque esse número, de 10% do PIB, foi decidido pela sociedade nas discussões que precederam o plano. É um esforço que precisa emanar da sociedade. É possível. Podemos chegar sem dificuldade a 7% nos próximos anos, ainda neste mandato presidencial, dado que já avançamos tanto e que a exigência para os próximos anos é chegar a 7%. Será mais difícil, sim, chegar a 10%, mas temos o dinheiro do petróleo, principalmente do pré-sal, que está canalizado para isso por lei e por decisão política da presidenta. A crise de 2008 demorou a chegar ao Brasil, e chegou de certa forma amortecida. Estamos vivendo uma crise. 2015 não se revelou um ano fácil para ninguém, mas podemos superar essa etapa e voltar a crescer. A grande questão é a seguinte: a sociedade tem de se convencer de que o dinheiro para Educação é um bom investimento. A responsabilidade de União, estados e municípios é aplicar bem os recursos. Por isso nós temos de aprimorar a política de transparência dos gastos, para mostrar à sociedade que aquilo que ela deseja, uma Educação melhor – como fator de desenvolvimento pessoal e profissional –, está caminhando.

**AG:** Apesar de não estar explícita em nenhuma meta do PNE, há uma questão essencial, cara ao senhor, que é pensar na escola além do aprendizado básico de português e matemática, capaz de ensinar a criatividade, a ética. Agora que é ministro da Educação, como o senhor pretende estimular esse debate?

**RJ:** Há escolas no Brasil que praticam métodos, vamos dizer, bastante alternativos, e que estão autorizadas a fazê-los por dois artigos da Lei de Diretrizes e Bases. Nós vamos dar certo estímulo a elas. Não estou dizendo financeiro, pelo menos não agora, até porque muitas são privadas. O objetivo é possibilitar, antes de qualquer coisa, uma grande visibilidade do que elas fazem. Não podemos ficar sempre reproduzindo o discurso do fracasso, até por uma simples razão: quando repetimos sempre que as coisas deram errado, acabamos lavando as mãos. Se tudo dá errado, não

há por que fazer alguma coisa. Quando há experiências bem-sucedidas de criatividade nas escolas públicas ou particulares, podemos dar mais visibilidade a isso e mostrar o êxito dessas iniciativas. Elas apontam para uma formação mais integral do aluno, que não vai apenas aprender português e matemática – hoje os dois focos principais de quem quer reformar o ensino –, mas que vai, sobretudo, transformar-se num ser humano mais completo, mais rico, mais complexo.

**AG:** Desde que o senhor assumiu o Ministério da Educação, já visitou fundações empresariais, associações de professores, sindicatos, sendo até criticado por isso. Como, na cadeira de ministro, o senhor conseguirá articular o debate de modo a que todos se unam em prol da melhoria da Educação?

**RJ:** Olha, uma vez encerrada a eleição, a presidenta ou o presidente é presidente de todos os brasileiros. Quer dizer, não existe mais um lado ou outro, é preciso governar para todos, dialogar com todos. Os ministros também têm de dialogar com todos os atores relevantes. Eu tenho aprendido com todos eles. Tenho ouvido coisas interessantes. Há um foco naqueles que estão mais preocupados com uma questão social da Educação, pensando em como se valoriza um profissional salarialmente, porque isso é necessário. Outro foco está naqueles que pensam em como se aprimora a metodologia para conseguir um ensino mais bem-sucedido, mais prazeroso, mais educativo. Eu não vejo conflito entre as posições. Acho que elas se somam. Cabe ao ministro tentar, sempre que possível, fazer com que os esforços sejam convergentes, porque senão teremos pessoas brigando entre si em vez de lutarem juntas. A meta é a mesma: a Educação.

### **FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO**

Tem como missão a mobilização de pessoas e comunidades, por meio da comunicação, de redes sociais e parcerias, em torno de iniciativas educacionais que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. A prática avaliativa é parte do planejamento das ações e permite reflexão constante sobre os projetos que realiza.

*[www.frm.org.br](http://www.frm.org.br)*

### **CANAL FUTURA**

É uma experiência pioneira de comunicação para transformação social, com um modelo de produção televisiva educativa, participativa e inclusiva, não comercial, não governamental, sem fins lucrativos e de interesse público, baseado em parcerias que mobilizam redes da sociedade. Quarenta milhões de pessoas assistem regularmente à programação. O Futura tem como parceiros mantenedores: CNI, Fecomércio RJ/Senac RJ, Fiesp, Firjan, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Rede Globo, Sebrae, Sesc RJ, Turner Broadcasting System e Votorantim.

*[www.futura.org.br](http://www.futura.org.br)*

### **INSTITUTO AYRTON SENNA**

É uma organização sem fins lucrativos que trabalha para ampliar as oportunidades de crianças e jovens por meio da Educação. Defende que todos tenham direito a uma Educação integral, que prepare para a vida no século 21. Para isso, atua em parceria com gestores públicos, educadores, pesquisadores e outras organizações para produzir novos conhecimentos e transformá-los em soluções educacionais inovadoras, que chegam às redes de Ensino Fundamental e Médio e impactam a aprendizagem de milhões de alunos.

*[www.institutoayrtonsenna.org.br](http://www.institutoayrtonsenna.org.br)*

### **FUNDAÇÃO SANTILLANA**

Constituída em 1979, a Fundação Santillana atua em prol da Educação e da cultura no Brasil e na Ibero-América. Suas ações estão ligadas ao universo da Educação, da informação e da edição, áreas onde tem elevado conhecimento graças à atuação dos grupos Santillana e Prisa, mantenedores da entidade. No Brasil desde 2001, a Fundação Santillana visa contribuir para o desenvolvimento educacional do país, fomentando diversas atividades que beneficiam estudantes, educadores e instituições educativas públicas e privadas. Promove e apoia cursos de formação, seminários e oficinas para professores e gestores; publica e divulga obras de referência nas áreas de avaliação e políticas públicas educacionais; além de estabelecer parcerias para a viabilização de projetos de incentivo à leitura, cultura e cidadania. Por meio do programa “Liderança e conhecimento educativo”, ainda compartilha experiências inovadoras e difunde informações relevantes e estratégicas para a eficiência na gestão pública educacional.  
*[www.fundacaosantillana.com.br](http://www.fundacaosantillana.com.br)*

### **EDITORA MODERNA**

Edita, publica e distribui livros didáticos, de literatura e materiais de apoio pedagógico, desde 1968, sendo a líder no mercado brasileiro. Em 2001, passou a integrar a Santillana, grupo editorial e de Educação presente em 22 países. Visando contribuir para o desenvolvimento educacional e cultural do País, a Moderna investe constantemente em pesquisas e tecnologia e está na vanguarda na oferta de conteúdos educativos inovadores e de alta qualidade para instituições de ensino públicas e privadas. Também apoia a formação de professores e gestores com a realização de cursos, oficinas e seminários gratuitos e a disponibilização de obras de referência para fomentar reflexões e políticas públicas em prol da melhoria da qualidade do ensino. Ainda contribui com projetos sociais de fomento à Educação e à cultura, em parceria com a Fundação Santillana e outras entidades do setor.  
*[www.editoramoderna.com.br](http://www.editoramoderna.com.br)*



Este livro foi composto nas fontes Milo e Milo Serif  
e impresso em setembro de 2015.



ISBN 978-85-63489-24-1

REALIZAÇÃO



PARCERIA



APOIO

Fundação **Santillana**



Este livro reúne 21 entrevistas com especialistas brasileiros realizadas pelo canal Futura sobre o atual Plano Nacional de Educação, que vigora até 2024. Suas 20 metas foram objeto de debates e acordos entre diferentes setores da sociedade civil, com destaque para o movimento Todos Pela Educação e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Para tornar-se realidade e não repetir o destino do plano da década passada – cujas metas não foram cumpridas, sem maiores consequências – é preciso que a sociedade acompanhe e cobre, diariamente, sua execução. Que esta publicação seja mais um instrumento de conscientização e mobilização na árdua tarefa que o País tem pela frente para universalizar o acesso à Educação de qualidade.

**ANTÔNIO GOIS**

*Jornalista e consultor de Educação do canal Futura*